



UFSM

Dissertação de Mestrado

**FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO
FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIAÇÕES COM O
SURDO**

Aline Dubal Machado

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO
FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIAÇÕES COM O
SURDO**

por

Aline Dubal Machado

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em
Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial
para obtenção do grau de
Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana.

Santa Maria, RS, Brasil

2005

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências da Saúde
Curso de Pós-Graduação em Distúrbios da
Comunicação Humana**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO
FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIAÇÕES COM O
SURDO**

elaborada por
Aline Dubal Machado

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof^a.Dr^a. Ivone M. F. Toniolo
(Presidente/Orientador)

Prof.Dr^a. Fabiane Adela Tonetto Costas

Prof.Dr^a. Maria Cecília Bonini Trenche

Santa Maria, 04 de março de 2005

Machado, Aline Dubal, 1979 -
M149f

Família, escola e intervenção fonoaudiológica: suas mediações com o surdo / por Aline Dubal Machado; orientador Ivone M. F. Toniolo. – Santa Maria, 2005. x, 115 f. ; il.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2005.

1. Educação 2. Família 3. Escola 4. Intervenção fonoaudiológica 5. Surdo 6. Mediação I., Toniolo, Ivone Maria Fagundes, orient. II. Título

CDU: 376.33

Ficha catalográfica elaborada por
Luiz Marchiotti Fernandes – CRB 10/1160
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Rurais/UFSM

Este trabalho é dedicado a meus pais, Luiz e Diná, por impulsionarem minha vida com seu amor!

Ao meu irmão Rômulo, pelo convívio e amor!

Aos sujeitos surdos, familiares e profissionais motivadores e propulsores deste estudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a DEUS, primeiramente por essa conquista;

Agradeço a minha família pelo amor e pela dedicação, por impulsionarem meus sonhos e esperanças;

Agradeço a minha orientadora IVONE pelo apoio e dedicação e por ter dividido comigo saberes e compartilhado essa conquista;

Agradeço, em especial, as minhas amigas, e com carinho à amiga CLÉO que se faz sempre presente em minha vida;

Agradeço, em especial, a CIDA e DINA, e com carinho a THEMIS por ter me propiciado momentos reflexivos;

Agradeço as minhas colegas de mestrado que compartilharam seus conhecimentos comigo;

Agradeço aos sujeitos deste estudo, por sua disponibilidade e participação;

Agradeço a Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo incentivo e apoio a formação e qualificação de profissionais;

Agradeço a todos que, de um modo ou de outro, motivaram e apoiaram a construção desse estudo.

A todos, muito obrigado.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE ANEXOS	viii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
INTRODUÇÃO	1
1 LITERATURA	4
2 MATERIAL E MÉTODO	40
3 RESULTADOS	46
3.1 Categoria surdez	46
3.2 Categoria comunicação	49
3.3 Categoria interação	54
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	58
4.1 Categoria surdez	59
4.2 Categoria comunicação	69
4.3 Categoria interação	85
5 CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
ANEXOS	103

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia no aproveitamento pedagógico do sujeito surdo	47
FIGURA 2 -	Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia na interação do sujeito surdo com os demais sujeitos (ouvintes e/ou surdos).....	48
FIGURA 3 -	Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia na comunicação do sujeito surdo	48
FIGURA 4 -	Imagens internalizadas atribuídas pelos segmentos pesquisados em relação ao sujeito surdo	49
FIGURA 5 -	Tipo de comunicação utilizada pelos segmentos pesquisados com os sujeitos surdos	50
FIGURA 6 -	Tipo de comunicação utilizada pelos sujeitos surdos com os segmentos pesquisados	50
FIGURA 7 -	Tipo de comunicação idealizada pelos segmentos pesquisados acerca do sujeito surdo	51
FIGURA 8 -	Os segmentos pesquisados consideram necessário utilizar outro tipo de comunicação com o sujeito surdo	51
FIGURA 9 -	Os segmentos pesquisados consideram importante para a comunicação do sujeito surdo o contato com a comunidade surda e/ou ouvinte	52
FIGURA 10 -	Os segmentos pesquisados consideram a comunicação em Libras favorável à inserção do sujeito surdo na sociedade	52

FIGURA 11 -	Os segmentos pesquisados consideram importante o papel da escola especial na comunicação do sujeito surdo de forma concomitante à terapia fonoaudiológica	53
FIGURA 12 -	Os segmentos pesquisados consideram a comunicação em Libras um meio adequado à comunicação do sujeito surdo	53
FIGURA 13 -	Os segmentos pesquisados consideram desnecessário o aprendizado da Língua Portuguesa já que o sujeito surdo faz uso da Libras	54
FIGURA 14 -	Tipo de escola que os segmentos pesquisados consideram importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo	55
FIGURA 15 -	Os segmentos pesquisados consideram importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo o contato com demais sujeitos surdos	55
FIGURA 16 -	Os segmentos pesquisados consideram o aprendizado da Libras favorável à interação sócio-cultural do sujeito surdo	56
FIGURA 17 -	Os segmentos pesquisados são favoráveis à interação sócio-cultural do sujeito surdo pelo uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras	56
FIGURA 18 -	Os segmentos pesquisados consideram que o sujeito surdo interage melhor com sujeitos surdos e/ou ouvintes	57
FIGURA 19 -	Os segmentos pesquisados acreditam na inserção do surdo na sociedade	57

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A -	Termo de consentimento livre e esclarecido fornecido a pais ou responsáveis pelos sujeitos participantes	104
ANEXO B -	Entrevista estruturada para professores ouvintes, de escola especial para surdos ou de escola regular com aluno surdo incluído	106
ANEXO C -	Instrumento de entrevista estruturada para familiares de surdo	109
ANEXO D -	Instrumento de entrevista estruturada aplicada com estagiárias do curso de Fonoaudiologia.....	112

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIÇÕES COM O SURDO

AUTORA: ALINE DUBAL MACHADO
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. IVONE M.F. TONIOLO
Santa Maria, 04 de março de 2005

Este trabalho teve por intuito analisar as mediações estabelecidas pelos professores ouvintes, pelas estagiárias de fonoaudiologia e por familiares de surdos que freqüentam a escola de modo concomitante ao atendimento fonoaudiológico. O desenvolvimento dessa pesquisa deu-se no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em duas escolas desse município. Esse estudo trata de uma pesquisa do tipo etnográfica, descritiva e quantitativa. Para iniciá-la, foram selecionados sujeitos de três segmentos distintos: professores, estagiárias de fonoaudiologia e familiares de surdos. Os mesmos foram identificados a partir de uma seleção prévia entre os surdos que freqüentavam terapia fonoaudiológica concomitantemente à escola. Os dados foram obtidos a partir de uma entrevista estruturada com a finalidade de investigar as mediações dos sujeitos em função de três categorias: surdez, interação e comunicação. Essa pesquisa teve sua aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM. Considerou-se pertinente concluir que professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares: em suas mediações, no contexto da surdez, estão evidenciando a influência da perda auditiva no aproveitamento pedagógico do surdo, sua interação com os demais sujeitos e sua comunicação; em suas mediações, estão compreendendo de maneira distinta a imagem de sujeito surdo, à qual os professores ouvintes denotam maior ênfase do que os demais segmentos; no entanto, as imagens de sujeito diferente e normal são internalizadas apenas pelo segmento familiar; elegem a Libras como o meio de comunicação ideal para o sujeito surdo e, no entanto, fazem uso da fala junto à Libras como ferramenta de suas mediações em prol de um contato mais efetivo do surdo com as demais comunidades; destacam a importância da interação do sujeito surdo com os demais sujeitos do contexto social, ao qual estão inseridos através da Libras utilizada de forma concomitante à fala; não acreditam na inserção do sujeito surdo na sociedade.

ABSTRACT

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIÇÕES COM O SURDO

(FAMILY, SCHOOL AND PHONOAUDIOLOGICAL INTERVENTION: MEDIATIONS
WITH THE DEAF).

AUTHOR: ALINE DUBAL MACHADO

ADVISER: PROF^a. DR^a. IVONE M. F. TONIOLO

Santa Maria, 04 de março de 2005

This work had for intention to analyze the established mediations for the teacher's listeners, for the phonoaudiology trainees and for relatives of deaf that frequent the school in a concomitant way to the phonoaudiology attendance. The development of that research felt in Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) of the Phonoaudiology course of Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) and in two schools of that municipal district. That study treats of a research of the type etnográfica, descriptive and quantitative. To begin her, they were selected subject of three different segments: teachers, phonoaudiology trainees and family of deaf. The same ones were identified starting from a previous selection among the deaf ones that frequented phonoaudiological therapy while attending school. The data were obtained starting from an interview structured with the purpose of investigating the mediations of the subjects in function of three categories: deafness, interaction and communication. That research had your approval for the Committee of Ethics in Research of UFSM. It was considered pertinent to end that teachers listeners, phonoaudiology trainees and family: in your mediations, in the context of the deafness, they are evidencing the influence of the auditory loss in the pedagogic use of the deaf, your interaction with the other subjects and your communication; in your mediations, they are understanding in a different way deaf subject's image, to which the teachers listeners denote larger emphasis than the other segments; however, different and normal subject's images are just internalized for the family segment; they choose to Libras as the middle of ideal communication for the deaf subject and, however, they make use of the speech close to Libras as tool of your mediations on behalf of a contact more cash of the deaf with the other communities; they detach the importance of the deaf subject's interaction with the other subject of the social context, to which they are inserted through to Libras used of concomitant form to the speech; they don't believe in the deaf subject's insert in the society.

INTRODUÇÃO

A linguagem é o primeiro e o principal instrumento socializador para o estabelecimento das trocas entre os sujeitos e o meio, através da qual ocorrem as interações e a construção de conhecimentos e do próprio sujeito. A língua é uma forma de linguagem que se estabelece de acordo com um dado grupo com que se está interagindo e com a cultura¹ que permeia esse grupo social. Assim sendo, a linguagem é mais ampla do que a língua e caracteriza um dos variados meios de comunicação.

A educação para surdos² tem sido objeto, principalmente nos últimos anos, de diferentes abordagens que contemplam desde o aprendizado e o treinamento da fala (oralismo) até a exposição à língua de sinais como primeira língua (bilingüismo), a qual tem merecido a atenção de profissionais comprometidos com o processo educacional e comunicativo do surdo.

Nesse contexto, a experiência como estagiária de Educação Especial numa escola bilíngüe e como Intérprete de Libras em uma Associação de Surdos gerou inúmeras inquietações, dentre as quais destacaram-se as seguintes: Como se comunicar com um surdo? Qual língua é a mais eficiente para a comunicação? O surdo entende o que o ouvinte fala? Qual a melhor escola para atendê-lo? A que língua ele deve ser exposto?

¹ Para Vygotsky (1998b), a cultura é parte constitutiva da natureza humana, já que sua característica psicológica decorre da internalização dos modos historicamente determinados e culturalmente organizados de operar com informações. Contudo, ela não é vista pelo autor como algo pronto, estático, e sim como um constante movimento de criação e interpretação de informações, conceitos e significados.

² Utilizou-se o termo “surdo” devido a essa terminologia indicar, além de uma perda auditiva (leve, moderada, severa ou profunda), a condição social de um sujeito que pode ser culturalmente diferente da maioria da sociedade, o que, entretanto não impedirá a sua inserção em comunidades surdas e/ou ouvintes.

No intuito de responder da melhor forma possível a essas questões, buscou-se através do curso de especialização em Educação Especial ampliar os conhecimentos relativos a esse assunto. Iniciou-se então uma trajetória de estudos em um projeto intitulado "As interações do sujeito com surdez severa e o processo de construção de identidade", que propôs uma investigação acerca do processo de formação da identidade do surdo com perda auditiva de grau severo.

Com o aprofundamento dos temas, novos esclarecimentos tornaram-se necessários, o que motivou a busca pela formação continuada no Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana. Por acreditar-se que o trabalho com a surdez está diretamente vinculado à interdisciplinaridade, optou-se por desenvolver esta pesquisa junto à fonoaudiologia, no sentido de aproximar duas áreas que formam um grande campo de pesquisa a ser desenvolvido como um instrumento importante do estudo em prol do sujeito surdo.

Dessa forma, esse estudo tem por objetivo analisar as mediações³ estabelecidas pela família, pelo professor ouvinte⁴ e pela estagiária de fonoaudiologia, com o surdo que frequenta a escola, concomitante ao atendimento fonoaudiológico.

³ Essa pesquisa fez uso do termo "mediação", de acordo com Vygotsky (1998a), pois o estudo está pautado conforme pressupostos desse autor que consideram o termo "mediação" um conceito central para se compreender o fundamento sócio-histórico do aspecto psicológico, uma vez que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários entre o sujeito e o mundo. Assim, esse estudo foi desenvolvido tendo como base a teoria vygotskyana; nesse sentido, a palavra "mediação" foi empregada como viés para desenrolar o objetivo central desse trabalho.

⁴ Esse estudo restringiu-se à entrevista com professor ouvinte primeiramente pelo fato de os ouvintes ainda representarem o grupo de maior convívio e, em segundo lugar, pelo fato de o grupo pesquisado ter sido selecionado por critérios de inclusão. Assim sendo, um dos sujeitos participantes da pesquisa frequenta escola regular, não possuindo professor surdo; logo, a pesquisa não abordou as mediações entre surdo-surdo, e sim procurou verificar as mediações "dos que ouvem", conforme termo utilizado por Wrigley (1996).

Desse modo, através do Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana iniciou-se a investigação, a qual enfatiza o acesso dos surdos ao atendimento fonoaudiológico concomitante à escola regular e/ou especial para surdos, num convívio tanto com surdos quanto com ouvintes (comunidade que ainda representa a maioria dos sujeitos envolvidos), num processo que permite a troca de experiências.

Essa pesquisa caracteriza-se como etnográfica, descritiva e quantitativa, sendo desenvolvida no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em duas escolas.

O desenvolvimento dessa investigação ocorreu com base nas mediações estabelecidas por três segmentos, objetos do estudo: a família, a escola e a intervenção fonoaudiológica, já que o surdo está presente em pelo menos um desses contextos, o que contribui para sua estruturação como ser sócio-cultural. Para atingir-se o objetivo desta pesquisa, utilizou-se como instrumento de investigação a entrevista estruturada.

Portanto, esse estudo é justificado considerando-se a presença de surdos em diferentes segmentos e o convívio com sujeitos ouvintes, que fazem uso da fala e da cultura ouvinte. Nesse sentido, a "ponte" entre o mundo e o surdo se estabelece através de mediações do sujeito que ouve, da qual o surdo estará sofrendo a influência. O reconhecimento das intervenções dos ouvintes sobre o surdo beneficia sua construção como ser participante desse mundo, enquanto sujeito inserido, aceito e dotado de um desenvolvimento global que é, em sua maioria, mediado pelo ouvinte.

Assim, espera-se contemplar o objetivo delineado deixando uma parcela de contribuição à educação do sujeito surdo fonoaudiológico.

1 LITERATURA

No presente capítulo, desenvolve-se uma síntese de estudos realizados na área da surdez, tanto no campo da educação como no da terapêutica de surdos, a partir do enfoque que delineia essa pesquisa. Essa síntese tem por objetivo analisar as mediações nos âmbitos familiar, terapêutico e educacional que influenciam na construção dos sujeitos surdos.

Nesse sentido, elaborou-se uma ordem cronológica de compreensão de trabalhos realizados sob esse enfoque, tendo como base os dados coletados e a posterior análise, na qual se tencionou averiguar os resultados contrapondo-os aos de pesquisas já realizadas.

A importância desse capítulo se deve à delimitação entre resultados encontrados no campo da educação e no terapêutico, a partir dos quais se pretendeu enfatizar o encontro, as diferenças e as influências de um sobre o outro, bem como o modo como repercutem no sujeito que é objeto de trabalho de ambos, ou seja, o sujeito surdo.

Buscou-se empregar as terminologias utilizadas pelos autores aqui apresentados de modo a preservar os conceitos e idéias que embasam seu estudo, visto que a literatura refere-se a campos distintos com conotações diversificadas. Além disso, a época também é fator determinante dos conceitos subjacentes a cada termo empregado. Nesse sentido, acredita-se ser oportuno manter os termos específicos de cada autor, mesmo que a pesquisa eleja um deles para as discussões e reflexões dos dados obtidos.

Boothroyd (1982) faz referência às crianças com surdez severa e profunda cujos pais não possuem qualquer conhecimento sobre pessoas deficientes, ressaltando que o problema não é especificamente a falta de audição, mas o fracasso para desenvolver a linguagem num processo para o qual a audição será, normalmente, o elemento fundamental. Salieta também que as crianças que não dispõem de um sistema viável de linguagem no período de três ou quatro anos, ou não a adquiriram logo depois desse período, estarão em risco social e emocional.

A falta de audição, segundo o autor, não interfere significativamente no desenvolvimento cognitivo durante os dois primeiros anos de vida. Logo, para uma criança surda profunda que recebe uma prótese auditiva com dois ou três anos de idade, o som é uma fonte de informações. Entretanto, não é suficiente dizer que essa criança precisa aprender a escutar; na verdade, ela precisa “desaprender” algumas habilidades perceptuais já desenvolvidas e reaprender, em função da prótese, a ter a audição como um componente integral.

Em relação à linguagem verbal, o mesmo autor aponta que ela deveria primeiramente ser um meio de interação da criança com seus pais. O fracasso na aquisição de habilidades nessa área tem um efeito social e emocional, fazendo com que a criança seja mais manipulada do que atuante, ou dotada de um comportamento rígido e coercitivo. Quando essa interação fracassa, as conseqüências agem de forma incisiva sobre o desenvolvimento das habilidades perceptuais ou auditivas, bem como sobre a fala e o desenvolvimento cognitivo.

De acordo com o autor, após a descoberta da deficiência auditiva os pais da criança entram em um período de sofrimento que inclui as reações de choque, negação, raiva, culpa e aceitação

passiva. O choque é um mecanismo de defesa natural, que num nível físico diminui o efeito de prejuízos, e num nível emocional protege o indivíduo da informação que não é aceitável; portanto, nesse estágio não devem ser fornecidas informações em relação à surdez e ou sobre como a prótese funciona, pois esses pais não irão compreender devido ao estágio em que se encontram.

O segundo estágio é a negação. Esta age como um efeito de proteção ao choque desaparecido, pois os pais entram num período em que tentam manter sua visão de mundo e alterar a realidade, questionando dessa forma o diagnóstico, fazendo testes em casa com seus filhos, procurando outras opiniões profissionais. Embora compreendam que seu filho possui uma deficiência auditiva, podem recusar-se a aceitar o fato de que se trata de uma deficiência incurável. Infelizmente, alguns pais nunca abandonam esse estágio, continuando sempre à espera da cura.

A raiva caracteriza um período em que os pais começam a aceitar a realidade e passam a mudar suas percepções. Porém, isso não ocorre voluntariamente, já que o sentimento por eles manifesto é compreensível uma vez que suas vidas tomaram um caminho que não se originou de sua própria escolha. A raiva pode ser autodirigida ou pode ser dirigida à criança, à esposa ou ao esposo, ao médico, ao professor, ao destino ou a Deus, o que permite compreender a associação existente entre a raiva e o desejo de dividir a culpa.

O quarto estágio refere-se à aceitação passiva; é quando a raiva torna-se aparente. Caracteriza um período de aceitação passiva similar à depressão, pois os pais se sentem tristes por eles mesmos e pela criança, lamentando a perda do filho perfeito. O estágio final, que remete à aceitação construtiva, é o único em que os pais buscam conhecer o filho como ele é, aceitando sua própria responsabilidade de aprender sobre a surdez e a adaptação de

comportamentos para então decidirem a respeito do desenvolvimento e da forma de atender às necessidades da criança.

O referido autor situa a culpa como o tema que atravessa todo o período de sofrimento. Nesse sentido, os pais podem sentir culpa por terem causado a deficiência auditiva ou por terem prejudicado a criança; também podem sentir-se culpados por estarem com raiva ou por se considerarem inadequados para a realização de tarefas que estariam além deles. Para o autor em questão, a culpa pode atuar ainda mais profundamente, originando um conflito que culmina na rejeição intuitiva da criança que é diferente, contrário ao desejo instintivo de aceitá-la.

A duração desses estágios de ajustamento pode variar de poucas semanas a muitos anos. Para alguns pais, trata-se de uma condição permanente: até conseguirem traçar um caminho de aceitação positiva, não são capazes de reconhecer as necessidades básicas sociais e emocionais da criança, de acordo com o que os estudos sobre deficiência têm revelado como necessidade. Assim sendo, os pais podem favorecer o enfraquecimento do desenvolvimento de seu filho, provendo-o com um ambiente emocional, lingüístico e auditivo empobrecido.

Northern; Downs (1989) apontam uma vasta literatura em relação à audição da criança, à aquisição da linguagem e às conseqüências da perda auditiva, contemplando assim a investigação de inúmeros autores para apresentar os procedimentos a serem adotados com as crianças que apresentam perda auditiva (de caráter pré-lingual ou pós-lingual). Descrevem também as etiologias que ocasionaram a perda auditiva e os exames audiológicos que, preferencialmente, devem ser realizados em tempo hábil dentro do período crítico de aquisição de linguagem, objetivando a intervenção precoce, o processo de orientação dos

pais, a formação de uma equipe interdisciplinar, a exemplificação das filosofias educacionais, os programas de intervenção e os escolares. Esses autores valorizam a audição nos aspectos importantes do tratamento a ser fornecido à criança deficiente auditiva, sendo que a prioridade é estimular ao máximo o seu potencial por meio do processo educacional com o subsídio audiológico.

Vygostky (1993) aborda inúmeras questões em relação à aprendizagem, afirmando que esta ocorre antes do desenvolvimento. Refere-se especificamente ao processo de evolução do pensamento e da linguagem, a partir de estudos teóricos e observações de práticas clínicas com crianças consideradas anormais. O autor aponta que a relação funcional simbólica entre a palavra e o objeto representa o pensamento verbal altamente desenvolvido, o que não pode ser visto em crianças com idade precoce ou surdas (que apresentam comprometimento de funções).

Esse autor salienta que a linguagem não se limita exclusivamente à forma sonora. Além disso, reconhece que crianças surdas podem compensar a sua dificuldade fazendo uso de leitura labial e também de gestos, para assim compreenderem o ambiente que as cerca, pois o importante, para o autor, são as relações sociais da criança com seus familiares, desde a mais tenra idade, o que conceitua o fator social como fundamental para a criança. Logo, o desenvolvimento de noções do cotidiano é imprescindível para a estruturação das funções superiores, tais como a fala e o pensamento abstrato, considerando-se a relação entre essas funções de forma dinâmica.

A teoria sócio-cultural de Vygotsky (1998a) aborda aspectos essencialmente humanos, como a linguagem e a cultura, que são formados no meio social através dos quais o homem se constrói

como sujeito, pois ele não nasce de posse de suas funções, uma vez que elas são construídas na interação com o meio. Nesse sentido, o homem cria a cultura em que está inserido e tem também o poder de transformá-la.

A origem da atividade consciente no homem, de acordo com Vygostky (1998b), encontra-se na forma histórico-social da atividade que se relaciona com o trabalho social (emprego de instrumentos materiais – ferramentas – e psicológicos – signo) e com o surgimento da linguagem através da inter-relação entre as pessoas. Mediante os signos externos, ocorre a internalização e a construção das funções psicológicas superiores. Logo, a internalização é a reconstrução interna de uma atividade externa que envolve a interação entre as pessoas e ocorre no sentido do social (interpsicológico) para o individual (intrapsicológico). Os processos internos provêm de uma atividade inicialmente exterior: os adultos agem fazendo a mediação para a criança, e as respostas que a princípio eram mediadas por essa relação acabam sendo executadas internamente pelas próprias crianças.

Dessa forma, a mediação é um conceito central para se compreender o fundamento sócio-histórico do funcionamento psicológico que nos remete ao terceiro pressuposto vygotskyano, uma vez que a relação do homem com o mundo não é uma relação direta, mas uma relação mediada, sendo os sistemas simbólicos os elementos intermediários entre o sujeito e o mundo.

Para Vygostky (1993), o processo de mediação possibilita à criança aprender além de suas possibilidades em um determinado momento de seu desenvolvimento. A mediação, cujo principal instrumento é a linguagem, atua na zona de desenvolvimento proximal, suscitando processos evolutivos que só serão ativados nas

situações de relações entre as pessoas e facilitando a passagem da atividade externa à interna.

Beltrame (1995) faz referência à investigação e à análise das repercussões dos ambientes familiar e escolar e dos pares surdos no processo interativo de jovens surdos, apontando como esses elementos interferem no desenvolvimento do surdo como pessoa. Os sujeitos investigados foram jovens surdos e suas respectivas famílias, professores de disciplinas educacionais de escola regular e surdos frequentadores da Associação de Surdos. Esse estudo desenvolveu-se através de pesquisa etnográfica e qualitativa, tendo como respaldo teórico a concepção Ecológica de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, que conceitua a surdez como uma questão essencialmente cultural. Nesse sentido, o surdo se desenvolve a partir de um processo dinâmico quem tem por base o convívio com grupos diferentes (família, professores e pares surdos), numa relação diferenciada na qual cada um tem sua biografia diretamente relacionada aos contextos que estruturam a vida. Nesse trabalho, destacam-se temáticas como intenção comunicativa, código lingüístico adotado, compreensão, atitude interativa e relacionamento, considerados indispensáveis a uma troca interativa satisfatória.

Para a obtenção dos dados, a autora fez uso de conversas informais, observações participativas e entrevistas semi-estruturadas com as mães, alguns professores dos surdos investigados e surdos da associação através da Língua de Sinais. Em relação à família, a autora constatou que os familiares dos sujeitos da amostra consideravam como satisfatória as relações que mantinham com seus filhos surdos; já a comunicação se dava em condições precárias, sendo insuficiente em nível de satisfação e de interação, de acordo com os próprios surdos. A autora verificou, por parte dos

familiares e dos surdos, certa frustração e desânimo em relação ao método oralista, pois não foi possível estabelecer um código lingüístico igualitário entre eles a partir dessa abordagem.

Considerando que a vivência do cotidiano está na base do desenvolvimento humano adequado, a autora finaliza sua investigação atentando para a necessidade de os surdos vivenciarem sua própria cultura, identificando-se como diferente. Aponta também como prioritário o desenvolvimento e uso da Língua de Sinais para o aprendizado posterior da língua oral usada pelos ouvintes, de acordo com a proposta bilíngüe. Além disso, ressalta a necessidade de que os ouvintes percebam os surdos em sua realidade cultural a partir de uma interação favorável, a fim de proporcionar-lhes um desenvolvimento global em consonância com suas potencialidades.

Wrigley (1996) relata sua experiência junto à comunidade de surdos tailandesa tanto da área urbana como rural. Essa vivência é a base de um trabalho etnográfico das apropriações, colonizações, limitações e construções que conclui que os ouvintes exercem um papel de dominadores sobre os que não ouvem. Wrigley (1996) aponta que a surdez é uma experiência visual que se apresenta de forma diferente da dos ouvintes, tendo como princípio a percepção do mundo, da cultura e da língua própria dos surdos.

O autor acrescenta que a língua de sinais forma o pano de fundo crucial para questões de identidade dos surdos, pois cada nova geração de pais e especialistas, não surdos, recria o conhecimento sobre o surdo como forma de administrá-lo, questionando quem inventou a surdez. Isso decorre do fato de que os principais componentes das culturas surdas são gerados com cada grupo sucessivo de crianças, assim como as culturas do lar e da família, sendo que as culturas dos surdos podem ser

compreendidas como o produto de esforços colaborativos e regenerativos desses grupos em relação ao surdo. Refere-se ainda à cultura surda, cujo traço significativo é o uso de uma linguagem dos sinais nativa. Portanto, a surdez é uma relação socialmente construída com a cultura dos que ouvem, sendo definida por barreiras à comunicação e à participação dos surdos, uma vez que a auto-representação e a auto-ajuda são muitas vezes as únicas formas que lhes são destinadas.

Esse mesmo autor realiza um discurso em prol da comunidade surda, colocando-a como um grupo que possui o direito de utilizar a sua linguagem de sinais e sua cultura própria na estruturação de uma identidade surda. Entretanto, expõe que isso não é tão simples em virtude da imposição dos que ouvem enquanto grupo dominador que se apropriou dos que não ouvem, de forma a colonizá-los dentro de um modelo clínico em instituições de controle.

O autor mencionado é a favor da criança surda aprender a linguagem dos sinais como primeira língua com professores surdos. Desse modo, ressalta que certos espaços foram abertos aos surdos, mas muitos de forma indireta. Nesse sentido, criar espaços para a diferença certamente reduz a aparência de controle e ordem, contudo estimula grandemente os prospectos para possíveis mudanças sociais.

Ciccione (1996) aponta a filosofia da Comunicação Total (CT) a partir de uma concepção educacional que se baseia no respeito pela diferença, enfatizando que a língua de sinais e o português são idiomas autênticos, os quais se equivalem em nível de qualidade e importância. Esses aspectos são inquestionáveis, e inclusive podem ser tomados como bases filosóficas para a proposta bilíngüe. Analisa também a opção bimodal, utilizando-se do português sinalizado como uma prática educacional presente em algumas escolas

brasileiras, o que se configura como um ponto a ser questionado em contraposição ao oralismo.

A Comunicação Total pode ser pensada de modo mais aberto e mais viável, pois permite a realização de um trabalho com estratégias operacionais alternativas, gestos e oralizações. Porém, ao se considerar essa comunicação, não se deve relacioná-la a um método, e sim a uma postura educacional que entenda o surdo prioritariamente como uma pessoa que, por sua diferença, deve ser entendida como alguém com necessidades e capacidades diversas daquelas dos sujeitos do segmento social majoritário de ouvintes.

Cicccone (1996) afirma que, na realidade, não se despreza o fato de que o sujeito simbólico é formado a partir de um processo como um sujeito da cultura. Por isso, não se deixa de entender o núcleo familiar como algo necessário ao sujeito surdo. Nesse sentido, e sem perder de vista a sua dimensão de sujeito preservado, tem-se buscado hipóteses alternativas que permitam traduções desse sujeito com os demais coadjuvantes de sua história de vida, pois através da língua de sinais ele tem recebido uma postura de respeito e de aceitação. Apesar disso, ainda nos dias de hoje as linguagens orais e de sinais não ocupam um mesmo nível de status na sociedade em geral, embora a língua de sinais seja utilizada. A comunicação eleita pelos pais ouvintes é, em sua maioria, a linguagem oral; entretanto, não seria tão simples, por uma questão de bom senso, impedi-los de efetuar essa tentativa junto aos seus filhos surdos. Para os pais ouvintes, usufruir uma forma autônoma de comunicação a partir da língua de sinais seria algo tão artificial como a solicitação de uma prática de língua oral por parte dos surdos adultos junto aos seus filhos ouvintes.

A referida autora argumenta que a melhor forma de linguagem a ser eleita deverá ser aquela que os familiares ouvintes puderem

aprender com a maior rapidez e facilidade, e da qual puderem fazer um uso mais confortável para a interação com os filho surdos.

A mesma autora expõe ainda que a língua tem um valor que se relaciona com a identidade. Nesse sentido, muitas crianças estão sendo estrangeiras em seus próprios lares ao fazerem uso de uma língua diferente daquela da sua família. Acredita-se que a CT dará subsídio para uma interação entre as crianças que não ouvem e sua família, o que lhes permitirá constituírem-se como seres sociais pela relação com o outro, que pode ser qualquer grupo social. É necessário orientar a família a conhecer e a freqüentar a comunidade surda para melhor compreender o significado social dessa privação sensorial e, conseqüentemente, para melhor participar do processo de formação da auto-imagem do filho surdo, no intuito de considerar a pessoa surda capaz e entender a surdez como uma marca que repercute nas relações sociais e no desenvolvimento afetivo e cognitivo dessa pessoa.

Buscaglia (1997) apresenta em sua obra uma ampla visão em relação à deficiência, à família e à sociedade. Também faz referências a histórias de pessoas deficientes e como estas se posicionaram na sociedade, a partir de interações de não aceitação e aceitação por parte de outras pessoas com que se relacionavam, além da sua família. Refere-se à grande importância das orientações direcionadas feitas pelos profissionais, a partir de explicações, orientações e esclarecimentos quanto a esse quadro de absoluta descrença, sofrimento e desconhecimento em relação às implicações que a deficiência pode causar à criança e à família. Uma vez que a deficiência não é algo desejado, sendo que quase sempre ocasiona sofrimento, desconforto, embaraço, lágrimas e confusão, o que ocorre muitas vezes quando nasce uma criança deficiente é que o adulto sofre um desconforto que o incapacita, tornando-o limitado

menos pela deficiência e mais pela atitude da sociedade, pois é a sociedade que incute na família uma definição de deficiência como incapacidade. Conseqüentemente, mediante tudo isso, é o indivíduo surdo que sofrerá as conseqüências oriundas dos preconceitos existentes.

Conforme afirma esse autor, a cultura vigente exige um padrão de beleza, o que faz com que qualquer tipo de diferença ou cause estranheza, ou seja, discriminada. Nesse contexto, cabe a cada membro do ambiente familiar conhecer as necessidades da criança, no intuito de supri-las e promover um ambiente estimulador ao invés de perpetuar a opressão.

Esse autor acredita que é no contexto da família que se deve procurar conhecer a diferença para mediar melhores interações e apoiar o desenvolvimento das crianças para que estas se tornem indivíduos mais confiantes e inseridos em um meio provedor de estímulos. Aborda ainda que a deficiência é um fenômeno social, pois são as pessoas que criam estigmas em relação aos sujeitos que possuem alguma estranheza, os quais estão fora das regras implementadas pela sociedade. Sendo assim, a família muitas vezes desenvolve preconceitos em relação ao seu filho, em função das antigas idéias, opiniões e julgamentos da sociedade maior, que existem devido à falta de informações das pessoas em relação aos deficientes. Porém, essa falta de informações por parte dos pais poderá acarretar graves conseqüências ao próprio desenvolvimento da criança, pois muitas vezes desconhecem a forma como lidar com esse filho.

Para o mesmo autor, o papel da família do deficiente deve ser mais bem compreendido em um contexto sócio-psicológico em que, como no caso de uma família comum, há efeitos recíprocos

contínuos entre a família e a criança e entre a família, a cultura e a criança, uns influenciando sobre os outros.

Roslyng-Jensen (1997) objetiva orientar os profissionais da área da fonoaudiologia para que desenvolvam um trabalho junto às crianças com perda auditiva e seus pais. Afirma a importância do ouvido como responsável pela audição no âmbito da comunicação humana, sendo que sua privação acarreta dificuldades múltiplas à criança devido à falta de linguagem, fala ou dificuldade no desenvolvimento dessas áreas. Relata que quase sempre os indivíduos apresentam resíduos auditivos que quando descobertos devem ser aproveitados com o uso da prótese auditiva. Justifica a identificação precoce da perda auditiva, que repercute na aquisição da fala e da linguagem e no desenvolvimento social e emocional, que aos três anos são primordiais para a criança. Aponta os métodos atuais de *screening* a partir do advento do diagnóstico precoce e a utilização dos serviços e recursos para intervenção junto ao indivíduo; descreve o comportamento do bebê deficiente auditivo nos seus primeiros meses de vida, o papel da mãe como interventora do processo de desenvolvimento da criança e a forma como o profissional de fonoaudiologia pode edificar um elo entre a criança e a mãe, orientando e contribuindo com informações que possibilitem a interação.

Balieiro; Ficker (1997) abordam uma proposta de trabalho fonoaudiológico baseada na utilização da audição residual que objetiva a linguagem oral, sendo que os avanços da audiologia estão se incorporando à terapia para corroborar as possibilidades de desenvolvimento da linguagem oral para as crianças com perda auditiva moderada, severa e até profunda, o que dependerá do trabalho terapêutico adequado e do uso apropriado da amplificação sonora. Em relação às crianças com pouco aproveitamento da

audição residual, é possível desenvolver um trabalho terapêutico com ênfase na linguagem oral, mas deve-se estar atento à necessidade de encaminhamento para o uso dos sinais. Os autores afirmam que os critérios audiométricos não podem ser indicadores do uso da audição residual ou do desenvolvimento da linguagem, pois não se pode reduzir a criança ao seu quadro audiológico, já que outros fatores estão relacionados a este, como o momento em que a perda auditiva aconteceu, a descoberta pela família, as características pessoais e o meio sócio-cultural. Apontam que definir a surdez ou a deficiência auditiva não é tarefa simples, já que socialmente ela não se refere somente a uma questão de níveis de perda auditiva. Relatam sobre os processos terapêuticos que envolvem o diagnóstico, o uso da amplificação sonora e o audiograma, destacando o papel da audição na linguagem; além disso, diferenciam famílias ouvintes com filhos surdos de famílias surdas com filhos surdos, apontando que as crianças surdas filhas de pais surdos serão fluentes em língua de sinais e as privações sensoriais não serão sentidas de maneira forte, ao passo que as crianças surdas filhas de pais ouvintes têm um impacto maior principalmente pela diferença lingüística. Assim, os pais ouvintes, por não terem convívio com pessoas surdas ou por não possuírem informações adequadas, podem tratar seus filhos de forma pejorativa, o que reflete negativamente nas suas interações e no desenvolvimento da linguagem. Referem-se ainda à terapia, discutindo o processo terapêutico e as formas de atendimento, que devem ser flexíveis para atender às necessidades das crianças.

Moura; Lodi; Harrison (1997) relatam que a compreensão em relação ao surdo não é única, e que há princípios filosóficos, sociais, políticos e ideológicos, além de interesses pessoais, que regem a história e a educação do surdo. Logo, acreditam que ser surdo

contempla aspectos lingüísticos, sociais e educacionais específicos resultantes da diferença.

As autoras fornecem explicações sobre as modalidades de educação de surdos, dessa forma contribuindo para que sejam eficazes as escolhas educacionais feitas pelas famílias e para que ocorra um maior esclarecimento acerca das orientações dos profissionais. Discutem a educação a partir das concepções que a norteiam, e não com base nos métodos, didáticas e/ou técnicas pedagógicas. As considerações delineadas resgatam informações pertinentes que contribuem para a reflexão dos pais sobre o desenvolvimento e as perspectivas acerca do futuro e da evolução de seus filhos. As referidas autoras concluem que os pais necessitam de uma base sólida de informações para realizarem as escolhas educacionais mais pertinentes à criança.

Quadros (1997) aborda as fases da educação do surdo no Brasil em uma base lingüística. Segundo o autor, a educação de surdos teve duas fases que podem ser explicitadas claramente e uma terceira, considerada atual, que está em processo de transição. A primeira é o oralismo, que desconsidera as questões relacionadas à cultura e à sociedade surda, não permitindo o uso da língua de sinais em sala de aula nem no ambiente familiar mesmo que este seja formado por pessoas surdas usuárias da língua de sinais. Diante desse contexto dificultoso surge a segunda fase, baseada em uma proposta que permite o uso da língua de sinais, embora esta seja empregada como um recurso ao ensino da língua oral, dentro de uma estrutura de língua portuguesa. Esse sistema, considerado artificial, denomina-se português sinalizado. Logo, o ensino não enfatiza mais o oral exclusivamente, e sim o bimodal, que passa a ser defendido como a melhor alternativa de ensino ao surdo, formada pelo uso simultâneo de sinais e da fala.

Logo, as duas primeiras fases mencionadas formaram, de acordo com a autora, grande parte da história da educação dos surdos no Brasil, e ainda são desenvolvidas em escolas brasileiras. Atualmente, a educação dos surdos adentra numa terceira fase, caracterizada por uma transição em direção à proposta de educação bilíngüe que busca o direito do surdo ser ensinado a partir de sua língua natural, a qual deve ser adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com outras pessoas que a utilizam.

A autora ressalta que a comunidade surda possui uma cultura própria, a qual deve ser respeitada e cultivada, ao mesmo momento que a comunidade ouvinte também é possuidora de sua cultura ouvinte. Desse modo, a proposta puramente bilíngüe não é viável, pois uma proposta educacional tem de ser bicultural, com o propósito de acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e também como meio para esta se identificar como integrante da comunidade surda. Todavia, esse fato só ocorrerá se educadores e surdos trabalharem de forma integrada.

O bilingüismo tem como segunda língua no Brasil o português, o qual deverá ser ministrado com base em técnicas de ensino de segunda língua, a partir de habilidades interativas e cognitivas adquiridas pelas crianças surdas diante de experiências naturais com a Libras, já que a maioria dessas crianças são filhas de ouvintes. Na perspectiva da proposta bilíngüe, o domínio da língua nativa é essencial ao surdo, mas não lhe assegura o aprendizado da segunda língua, pois o domínio da L1, ou seja, da língua de sinais, embora seja um pressuposto para o aprendizado da Língua portuguesa L2, não parece ser suficiente para esse aprendizado se concretizar.

A autora também aponta que a escola deve ser especial, pois necessita fazer uso da Libras para trabalhar os conteúdos de uma

escola regular. A língua portuguesa deve ser ensinada em momentos específicos da aula, sendo que os alunos surdos devem saber que estão trabalhando no intuito de desenvolver a L2. Já a fala como L2 deve ser desenvolvida por profissionais especializados.

A autora mencionada aborda que a realidade psicossocial, cultural e lingüística do surdo deve ser aceita pelos profissionais ao se propor o bilingüismo, sendo que a escola necessita estar preparada para adequar-se a essa realidade e apresentar uma proposta coerente para a família, pois os pais precisam conhecer detalhadamente a proposta para se engajarem, concebendo que não estão diante de uma tragédia, e sim diante de uma outra forma de comunicação.

Sacks (1998) aponta que o grande mal na educação do surdo diz respeito à aplicabilidade da língua oral, a qual não condiz com a natureza da surdez. Diferencia nomenclaturas referentes à denominação do indivíduo surdo, de acordo com os graus de perda auditiva, e relata que o termo “surdo” é vago, ou melhor, é tão abrangente que nos impede de levar em conta os graus de surdez imensamente variados, os quais têm uma importância qualitativa ou até mesmo existencial.

O autor relata que a língua de sinais não deve ser vista como mais uma forma precária de comunicação entre indivíduos deficientes. Nesse sentido remete-se a Stokoe, lingüista americano, que através de seus estudos provou que as línguas de sinais são iguais às demais línguas, comprovando e legitimando a língua de sinais como verdadeira, com organização e estrutura próprias.

Esse autor desenvolve argumentos significativos em relação à surdez e aos sujeitos marginalizados, caracterizados pelo desvio, e efetua uma análise acerca da superioridade do Sinal em face de todas as outras línguas para os surdos. Para ele, os pressupostos

básicos de compreensão do surdo devem ser vistos a partir do conceito de sujeitos que possuem uma comunidade e uma cultura mundial, considerando-os um “povo” e não apenas um número de indivíduos isolados, anormais e deficientes. Logo, sua análise ultrapassa a mera designação da surdez através de seu déficit específico, que nega ao indivíduo surdo a mesma cidadania dos ouvintes, pois não os considera a partir de sua nacionalidade. Levando em conta que, antes de qualquer coisa, os surdos constituem uma comunidade mundial, o referido autor almeja que também possam se constituir em uma comunidade com identidade e cultura próprias, distinta da dos ouvintes.

Skliar (1998) acrescenta aspectos pertinentes e inovadores à educação do surdo, caracterizando as idéias de cunho clínico como devastadoras. Os mecanismos da pedagogia corretiva, instaurada no início do século XX e vigente até os dias atuais, permitiram durante mais de cem anos tentativas de correção, normalização e violências institucionais contra o surdo por meio das instituições especiais reguladas pela caridade e pela benevolência, bem como por uma cultura de controle que visava negar, separar e controlar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais que determinam a diferença dos surdos em relação aos ouvintes. Refere-se a mudanças que estão ocorrendo acerca de concepções do sujeito surdo, sua língua, políticas educacionais e relações de poder entre surdos e ouvintes. A divulgação de modelos de educação bilíngüe e bicultural é um aprofundamento teórico a respeito das concepções sociais, culturais e antropológicas da surdez que formam os aspectos mais significativos, mas ainda não confirmam um novo olhar educacional.

O autor aponta que nos Estudos Surdos em Educação o problema não é a surdez, os surdos, as identidades surdas nem

tampouco a língua de sinais, e sim as representações dominantes e hegemônicas realizadas pela sociedade ouvinte em relação às identidades surdas, à língua de sinais, à surdez e aos surdos.

Para esse mesmo autor, um fato a ser ressaltado é a possibilidade de incluir a análise da educação dos surdos num contexto discursivo mais adequado a sua situação lingüística, social, comunitária, cultural e identitária, de acordo com a diferença desses sujeitos.

Perlin (1998) aponta que desde o surgimento dos estudos culturais a identidade surda tem sido estudada a partir de uma gama de novas concepções e formas. Nesse contexto, não é mais o entendimento do indivíduo surdo sob o ponto de vista do corpo ou da normalidade que impera, e sim o do sujeito surdo no tocante a sua identidade enquanto indivíduo não universalizado, com base na alteridade e na diferença representada na história e na política relativa aos surdos e em suas trajetórias de vida.

Essa autora relata que o conceito sobre o surdo deve abdicar do ponto de vista do sujeito que possui um corpo mutilado no intuito de abranger o aspecto cultural. Refere-se à história do surdo e aponta distintos discursos sobre os sujeitos a partir de épocas e lugares diferentes que apresentam a identidade em função de representações hegemônicas, como a identidade de ouvinte e a identidade surda, considerada identidade subalterna. Porém, de acordo com a concepção de alteridade, o surdo não é visto dessa forma, e sim enquanto sujeito político que se constitui a partir das representações sobre sua diferença. Em função disso, a identidade surda deve ser procurada na diferença e na resistência para além de uma subordinação.

A autora destaca que a identidade num contexto cultural sempre será afetada por um ou outro poder de controle em tempos e

espaços determinados, pois a estruturação da identidade dependerá, entre outras coisas, de como o sujeito é interpelado pelo meio em que está inserido.

Para essa autora, as identidades surdas podem ser divididas em sete tipos diferentes: identidades surdas, identidades surdas híbridas, identidades de transição, identidades flutuantes, identidades surdas de diáspora, identidades surdas incompletas e identidades intermediárias. A identidade é construída através de diferenças, variando de acordo com cada sujeito, o que pode ser constatado nas diferentes concepções, as quais não são estáveis e sim complexas, em contínua mudança.

Hodgson (1999) preocupa-se com a detecção precoce da surdez em bebês ou crianças pequenas, propondo triagem auditiva em grande quantidade nessa faixa etária, uma vez que essa detecção é imprescindível ao prognóstico e à intervenção terapêutica eficaz. Ressalta o papel dos profissionais da área de fonoaudiologia na orientação e no apoio ao indivíduo e sua família, no sentido de esclarecerem dúvidas e expressarem sentimentos de aceitação, subsidiando as escolhas e decisões adequadas de maneira responsável para benefício da habilitação/reabilitação. Para tanto, devem ser fornecidas explicações constantes que englobem desde os resultados dos testes audiométricos até as recomendações sobre o uso do aparelho auditivo. A orientação não é um procedimento isolado e restrito a um determinado tempo, mas um processo contínuo com técnicas utilizadas de modo ininterrupto. Desse modo, o profissional deve estar presente nas avaliações e no acompanhamento, realizando o aconselhamento que se define por meio de informações e apoio.

Para esse autor, o aconselhamento e a orientação audiológica aplicam-se a duas áreas: a primeira delas é de caráter informativo,

como a natureza e a extensão do déficit auditivo, as conseqüências deste e os procedimentos terapêuticos para minimizar suas conseqüências; a segunda centra-se na relação emocional, devido à necessidade de aceitação da perda de audição, sendo o profissional o incumbido de mediar esse processo de aceitação. As orientações também ocorrem em relação à prótese auditiva, pois esta possui aspectos positivos e algumas limitações, em se tratando de uma estrutura física que necessita de manutenção permanente. Assim, o aconselhamento e a orientação servem para auxiliar e promover o envolvimento dos pais junto ao programa.

Ross (1999) aponta as definições terminológicas relativas à deficiência auditiva, à dificuldade de audição e ao surdo. Ao definir os termos, o autor deixa claro que os indivíduos não devem ser condicionados como membros de uma categoria, mas devem ser considerados de acordo com suas próprias capacidades. Assim sendo, esse autor define “deficiência auditiva” como qualquer tipo ou grau de perda auditiva, sendo que para esse termo os adjetivos de intensidade definem a audição do sujeito.

A terminologia “dificuldade de audição” representa a capacidade comunicativa de um indivíduo a partir de sua condição auditiva, enquanto que a denominação “surdo” é atribuída a um indivíduo que utiliza para sua comunicação o aspecto visual, a linguagem de sinais ou a leitura labial, priorizando a visão como meio primário para o fim comunicativo.

Ao analisar a habilitação auditiva de crianças pré-escolares, o autor destaca que, após o diagnóstico de perda auditiva, esses indivíduos devem ser expostos ao método auditivo-verbal. Porém, relata que há controvérsias quanto a essa recomendação. A criança então poderia ser exposta à filosofia da comunicação total, pois dessa forma teria dois subsídios sensoriais, o auditivo e o visual (o

auditivo proveniente da audição residual e o visual, por exemplo, oriundo da leitura orofacial, entre outros recursos), e os benefícios seriam provenientes da habilidade bilíngüe (pela fala e sinais alternados e não simultâneos como na comunicação total, já que esta parece apresentar uma linguagem incompleta, fragmentada e não estruturada de acordo com uma gramática).

Para o autor, os resultados terapêuticos não recaem somente na escolha de um método, e sim no reconhecimento de que a perda auditiva profunda acarreta dificuldades sociais, de identificação e pessoais, sendo que os indivíduos devem decidir como irão se relacionar com os dois mundos, o surdo e o ouvinte, decisão que é tomada primeiramente por seus pais e que reflete no seu estilo de vida. Ao papel da audição no desenvolvimento da capacidade lingüística oral é dada considerável importância no que tange ao tratamento precoce, pois é nos anos iniciais que as conseqüências da perda auditiva podem ser minimizadas, uma vez que o tempo não é aliado desses procedimentos e o atraso nos testes de avaliação e intervenção é inaceitável. Ross (1999) também destaca a necessidade do envolvimento familiar no processo de seleção, indicação e adaptação da prótese auditiva.

Esse autor ainda expõe a importância dos pais no apoio às crianças com perda auditiva, pois eles representam os colaboradores efetivos para que a intervenção ocorra de modo eficaz.

Conforme o autor, os surdos escolares estão geralmente inseridos em escolas para crianças que ouvem, e os serviços de apoio oferecidos tornam esse ambiente o mais apropriado para a criança. Os alunos que ainda não estão efetivamente inseridos nessas escolas podem receber subsídios específicos por meio de salas de recursos, aulas de transição e aulas particulares, sendo que para atender as crianças com perda auditiva severa e profunda

existem as escolas especiais. Mas para que as crianças em idade escolar sejam expostas a um dos atendimentos citados, há aspectos que devem ser levados em consideração, como os resultados do processo periódico de avaliação e o desejo dos pais e das próprias crianças.

O autor mencionado aponta que o prognóstico das crianças pré-escolares e/ou escolares pode ser excelente, dependendo do tratamento adequado e dos serviços especializados, pois esses indivíduos requerem instrumentos variados de suporte terapêutico específico. Deve-se também levar em conta a tecnologia dos aparelhos auditivos, que são o ponto chave para a habilitação/reabilitação aural; porém, é necessário atentar profundamente para o aspecto psicossocial desses indivíduos.

Jamieson (1999) aborda o impacto que a perda auditiva acarreta nos indivíduos. Considera fundamental a determinação do efeito da perda auditiva sobre a habilidade de se comunicar, bem como sobre o desenvolvimento e funcionamento psicossocial, cognitivo, da fala e da linguagem. Contudo, destaca que prever o impacto da perda auditiva num indivíduo é muito difícil, pois se atribui a deficiência a dois elementos: o primeiro decorre do fato de que a deficiência auditiva não é resultado somente de uma causa etiológica; o segundo implica que ela atinge diferentes aspectos nos indivíduos em particular. Assim, para melhor entendimento dos efeitos que a dificuldade ou ausência da audição acarretam, é necessário compreender os diferentes pontos de vista que as áreas médica, audiológica, educacional, psicossocial e lingüística apresentam a partir de suas recentes pesquisas.

A autora em questão refere-se às condições socioculturais dos indivíduos pré-linguais, que possuem diferentes processos de socialização de seus pais que são, na grande maioria, ouvintes. A

partir disso, pode-se diferenciar as crianças filhas de pais surdos das crianças filhas de pais ouvintes, sendo que os surdos pertencentes ao primeiro grupo possuem adaptação mais rápida e fácil quanto à descoberta e ao acesso ao sistema lingüístico comum de seus pais, como a cultura e o apoio da comunidade surda como suporte emocional e de identidade social. Por outro lado, os pais do segundo grupo relutam quanto à realização das avaliações e quanto ao diagnóstico, pois para eles a surdez origina um choque, um trauma, além da lamentação, em alguns casos, de não se saber a sua causa. Nesse contexto, a família ouvinte terá de lutar consigo mesma e com suas convicções, enquanto a família de surdos apoiará imediatamente seus filhos. Em função das dificuldades mencionadas, é importante ressaltar que existe um período crítico para aquisição da linguagem que deve ser obedecido, pois quanto mais tarde a perda auditiva for detectada e mais severo o seu grau, maior será a sua interferência sobre o processo de aquisição da linguagem.

Outro fator que influencia nessa aquisição é a forma de comunicação a que o indivíduo é exposto. Os sistemas de comunicação encerram uma controvérsia permanente, no sentido de se determinar qual deles deve ser empregado com a criança. Na América do Norte, existem dois métodos básicos de instrução, o oral e a abordagem da comunicação total, a qual predominou na década de 70. Porém, recentemente outra abordagem tem se mostrado favorável: a abordagem bilingual-bicultural. Atualmente, enfatiza-se também a necessidade de se desenvolver as competências sociais do indivíduo, já que os efeitos da perda auditiva condicionam as atividades sociais. Em vista disso, é fundamental ressaltar que o apoio ao indivíduo e sua família, quando proporcionado em tempo hábil, pode garantir à criança surda o total exercício de suas atividades sociais enquanto indivíduo.

McKirby; Klimovitch (1999) entendem que as decisões educacionais e terapêuticas devem levar em conta o impacto da surdez na aquisição e no desenvolvimento da linguagem da criança, pois o grau de perda auditiva não é tão relevante quanto as suas implicações na linguagem e na fala. Em virtude disso, não se deve aderir somente a uma filosofia, e sim levar em conta a necessidade da criança, já que quando houver dúvidas quanto à aprendizagem pelo modo auditivo-verbal ela deve ter oportunidade de entrar em contato com a língua de sinais, uma vez que não há evidências que esta interfira no desenvolvimento da fala. As autoras ainda ressaltam a importância de uma equipe interdisciplinar para efetuar a avaliação das crianças, envolvendo desse modo profissionais e familiares.

Sá (1999) realizou uma pesquisa qualitativa tendo como instrumento a entrevista do tipo semi-estruturada. Seu trabalho objetivou identificar em depoimentos de profissionais da educação ouvintes e de surdos adultos argumentos que viessem contribuir para a defesa da abordagem educacional do bilingüismo para surdos, no intuito de problematizar a aplicação dessa abordagem e sistematizar os pressupostos teóricos e aspectos práticos que caracterizam tanto a abordagem educacional com bilingüismo como as outras utilizadas (a comunicação total e o oralismo). Nessa investigação foram entrevistados 53 sujeitos, dos quais 22 eram profissionais atuantes na área da educação de surdos e 31 eram adultos surdos. A escolha dos entrevistados foi realizada a partir de critérios de inclusão.

Essa autora relatou aspectos relevantes ao desenvolvimento integral do surdo, primeiramente definindo pontos centrais na perspectiva de pesquisadores em relação à educação dos surdos. Em seguida, estabeleceu uma associação com a teoria vygotskyana, argumentando que Vygotsky foi um grande defensor do oralismo

para surdos e um dos primeiros a questionar o uso da língua de sinais como elemento que atrapalhasse ou impossibilitasse a aprendizagem da língua na modalidade oral-auditiva. Em decorrência disso, Vygotsky apontou uma mudança necessária no conceito da pedagogia para surdos.

A autora expôs ainda os pressupostos do oralismo, analisando seus resultados com os surdos. Essa abordagem, de caráter tradicional, perdurou por quase um século na história dos surdos e, tendo como base a utilização da língua da comunidade ouvinte, permitiu aos educadores do passado concluir que o surdo poderia falar. Em contrapartida, excluiu a Língua de Sinais por acreditar que ela atrapalhasse a aquisição da língua oral. Conseqüentemente, a língua oral era entendida como o único meio possível de integração do surdo com a sociedade. Tal postura resultou em uma situação de completo fracasso escolar que culminou na exclusão social de uma grande parte de surdos.

Em relação à comunicação total, a autora relatou suas implicações no processo educacional em função de práticas bimodais, uma vez que o uso da língua de sinais fora proibido. A filosofia educacional da comunicação total, que abrange diversas possibilidades para a comunicação social, fez uso dessa língua, priorizando a comunicação efetiva a partir de todos os recursos possíveis, o que, entretanto não resolveu as dificuldades existentes no processo educativo do sujeito surdo, pois o uso da língua oral-auditiva relacionada ao bimodalismo abriu espaço para a utilização do português sinalizado. Esse sistema é considerado artificial como linguagem, e ainda dificulta a compreensão de conteúdos no âmbito escolar, já que há duas estruturas de línguas misturadas sendo usadas concomitantemente.

A autora caracteriza a atual abordagem bilíngüe como a que possibilita ao surdo o domínio de duas línguas necessárias a sua efetiva integração social. Essa abordagem consiste em considerar a Língua de Sinais a primeira língua para a pessoa surda e a língua da comunidade majoritária, a segunda. Esse princípio, mais do que solucionar problemas de línguas, enfatiza aspectos sócio-antropológicos que devem emergir de modificações ideológicas no intuito de viabilizarem alterações escolares e sociais aos surdos. Assim, a autora enfatiza a necessidade de uma estruturação lingüística individual, coesa e adquirida desde o período ótimo de desenvolvimento cognitivo, para o que é imprescindível a abordagem bilíngüe.

A mesma autora apresentou as dificuldades existentes na implementação dessa abordagem. Discorreu ainda sobre a integração da pessoa surda no âmbito escolar como via para a integração social. Considerou a luta pela efetivação da abordagem educacional do bilingüismo no Brasil necessária à concretização do princípio de integração num paradigma de Educação Especial.

Andreazza (2001) analisa a prática terapêutica em decorrência da visão sócio-antropológica da surdez, que vê o sujeito surdo como um sujeito bilíngüe e bicultural, pertencente a duas comunidades: a de surdos e a de ouvintes. Essa concepção também se refere ao surdo como um sujeito com limitações somente no que tange à oralização, e propõe a ampliação da linguagem a partir do acréscimo de vocabulário e do acesso a um maior número de conhecimentos e informações. Nesse contexto, o papel do fonoaudiólogo se definiria como o de um falante mais qualificado, ou seja, um interlocutor mais habilitado para estimular o desenvolvimento dos aspectos da linguagem. O que deve ser abolido em face dessa concepção é a

visão de sujeito surdo como passivo diante do atendimento fonoaudiológico.

A mesma autora reforça a idéia da orientação e do envolvimento familiar como indispensáveis ao bom funcionamento de qualquer processo terapêutico, já que se torna difícil pensarmos no sucesso da terapia sem a ajuda da família, elemento significativo ao desenvolvimento cognitivo, lingüístico e social do surdo. Embora estudos comprovem que a capacidade cognitiva dos surdos equivale a dos ouvintes, uma vez que as diferenças existentes podem ser atribuídas a privações no conjunto das experiências vivenciadas, esses sujeitos ainda podem tornar-se inseguros e deprimidos devido ao preconceito que muitas vezes enfrentam das pessoas e da sociedade em geral (inclusive – e freqüentemente – dos próprios pais). Muitas vezes o preconceito, fruto da não-aceitação da surdez, acaba por restringir o surdo a um mundo particular.

Sendo assim, o sujeito surdo sofre privações oriundas de suas dificuldades, sendo que às vezes também lhe é imposto que domine a língua da comunicação ouvinte. Isso gera entraves lingüísticos e cognitivos que podem ser reforçados pela dificuldade de estruturação enquanto sujeito, visto que é através de sua língua natural (a Língua de Sinais) que o indivíduo surdo pode ser fluente ao expressar seus sentimentos e emoções mais profundas por meio da edificação de sua linguagem interior e da escrita, o que muitas vezes não lhe é permitido.

Conforme a mesma autora, a família tem uma grande responsabilidade no desenvolvimento dos filhos surdos, pois é através dela que é construído o alicerce da personalidade do indivíduo. Assim, a aceitação da surdez proporciona à criança melhores condições de desenvolvimento. Entretanto, essa não é a realidade mais freqüente, pois os pais demonstram as mais variadas

reações perante as problemáticas de seus filhos. Em função disso, ocorre um bloqueio na comunicação, como se, além de não ouvirem, os surdos fossem incapazes de entender, de aprender e de interagir. Portanto, é fundamental que a família acredite nas capacidades da criança de modo a investir nas suas possibilidades futuras, embora consciente das limitações características da privação auditiva. Nesse contexto, o indivíduo surdo terá seu desenvolvimento menos comprometido, pois é a família, fonte dos maiores contatos da criança, que deve apostar em suas capacidades evitando segregá-la pela sua diferença e possibilitando a vivência de todas as experiências no mundo que a cerca.

De acordo com a autora, paralelamente à proposta educacional bilíngüe tem sido praticada uma proposta clínica diferenciada que não pressupõe a rejeição da língua oral, abrangendo uma visão moderna de linguagem que considera a Língua de Sinais e valoriza o ensino do português com língua atribuída de real significação. Em decorrência disso, é necessário repensar as práticas terapêuticas e conceituar a principal função dos fonoaudiólogos que acreditam no bilingüismo. Assim sendo, o conhecimento relativo às características da comunidade surda é condição indispensável para que se perceba que é pelo contato entre os iguais que se fortalece a autonomia e o sentimento de identificação, primordiais para a integração do surdo no trabalho e na sociedade.

Danesi (2001) expõe sua experiência com crianças surdas desde a abordagem oralista até uma mudança de paradigma para a proposta bilíngüe, enfatizando teoricamente a transição e a forma como o professor e o fonoaudiólogo analisam seu envolvimento com surdos diante de suas concepções. Aponta que nos anos 80 o oralismo figurava como o paradigma único para a educação de

surdos, o que explica a importância atribuída a esse enfoque clínico. Acrescenta ainda que a transformação na maneira de encarar a pessoa surda, deixando de percebê-la como deficiente auditiva e entendendo-a como membro de uma comunidade lingüística diferente, aconteceu em sua experiência no ano de 1991, momento em que adentrou a visão sócio-antropológica da surdez buscando repensar sua prática, pois as dúvidas em relação ao oralismo e à comunicação surgiram uma vez que a autora não havia conseguido dissipar pontos contraditórios sobre problemas de leitura e escrita das crianças e dos adolescentes surdos. Isso acabou por demonstrar a necessidade da Língua de Sinais como a primeira língua para a pessoa surda.

A autora relata que não há uma certeza única e que não se chega a uma verdade absoluta, mas encaminha algumas conclusões, tais como; a identidade não se apresenta sempre da mesma forma, existindo uma pluralidade de identidades diretamente relacionadas com a história de vida de cada sujeito surdo; em função de referências culturais sólidas contra o preconceito e a representação negativa sobre a surdez, instaura-se a exigência ao direito a informações e ao conhecimento através da própria língua dos surdos; estes, quando perfeitamente integrados e com uma construção de identidade surda, não se envergonham de serem não-ouvintes.

A família, por sua vez, pode representar uma diferença fundamental entre uma aceitação real e uma aceitação aparente. Com base nesse pressuposto, pode-se dividir os pais em dois grupos: os que aceitam verdadeiramente a surdez do filho, percebendo a importância da convivência com a comunidade de surdos e do uso da Língua de Sinais, inclusive sentindo orgulho da capacidade e do desempenho da criança; os que estão apenas

resignados, deixando transparecer uma mágoa pela diferença que a surdez representa em uma busca inconsciente pelo filho imaginário ouvinte.

Goldfeld (2002) descreve seu estudo a partir da psicologia sociointeracionista voltada à criança surda. Essa teoria, também denominada sócio-histórica, engloba questões específicas da linguagem, a qual não é considerada apenas um instrumento para o fim comunicativo, e sim uma função constituinte do pensamento, cujo papel é fundamental para o desenvolvimento cognitivo da criança. Assim, o desenvolvimento deve ser compreendido como dependente da cultura em que o indivíduo se insere e construído através de relações interpessoais vivenciadas através da linguagem.

A autora relata que as influências da surdez devem ir além da dificuldade comunicativa de modo a abranger todo o campo do desenvolvimento infantil. Dessa forma, a psicologia sociointeracionista aponta que os estudos sobre a criança surda têm de englobar a própria criança, bem como seus interlocutores e a cultura da qual faz parte.

Segundo a autora, o oralismo não considera as dificuldades do atraso na aquisição da linguagem, fixando-se na necessidade da fala. A dificuldade no aprendizado dessa língua ocasiona sérias conseqüências ao desenvolvimento e à inserção da criança surda na sociedade.

A autora menciona que nas décadas de 60 e 70 surgiu uma nova filosofia educacional para surdos, denominada comunicação total. Em virtude dessa filosofia, os surdos resgataram o uso da Língua de Sinais, o que é visto como um ponto positivo. Contudo, a Língua de Sinais estaria aliada à língua oral, pois das várias aproximações entre as duas emergiram as línguas orais sinalizadas, sendo que se empregava o léxico da língua de sinais subordinado à

gramática da língua oral. Embora essa filosofia tenha dado maior abertura à Língua de Sinais, não a valorizou enquanto língua auto-suficiente de cultura surda, pois a utilizava como código artificial. Porém, ela não substitui o papel de uma língua, já que não possui o elemento “produto cultural” em virtude de ter sido criada pelos ouvintes.

Enfim, a comunicação total valoriza a comunicação e a interação entre a comunidade surda e a ouvinte. Entretanto, embora não priorize as características históricas e culturais das línguas de sinais, o que pode ser considerado benéfico nessa filosofia é a facilidade da aquisição da língua oral pelos códigos visuais. Contudo, isso não dá conta, em geral, das necessidades da criança surda, que precisa viver em um ambiente que utilize uma língua fácil e adquirida espontaneamente, como a Libras.

Sendo assim, o que ocorre é que as crianças surdas e seus familiares são estimulados a usarem o português e alguns instrumentos tidos como facilitadores para o diálogo. Como a língua oral é adquirida tardiamente e os recursos visuais são escassos à constituição cognitiva da criança, ocorre um atraso na linguagem. Para sanar esse problema, é necessário fazer uso de uma língua em comum, o que a comunicação total não propõe. Logo, além de seqüelas ao aspecto cognitivo, a interferência que uma língua provoca na outra pode ocasionar dificuldades na aquisição plena das línguas separadamente. Se por um lado a comunicação ocorre, por outro a criança não pode receber do adulto informações mais complexas e/ou abstratas, ficando restrita à comunicação de assuntos concretos e imediatistas.

Na década de 90, começou a ser utilizado no Brasil o bilingüismo, que tem como interesse divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos

surdos, a Língua de Sinais, bem como promover a cultura surda. Essa proposta representa ser simples e eficaz, pois se a criança surda adquire a Língua de Sinais da mesma forma e no mesmo período que a criança ouvinte a língua oral, não deverá sofrer um déficit cognitivo ou emocional que comprometa seu desenvolvimento em virtude de um atraso na linguagem.

De acordo com a autora, o bilingüismo considera importante a separação das línguas. Conseqüentemente, os pais devem apenas falar em português ou em Libras com seus filhos. Sabe-se que isso é difícil, já que os pais levam um tempo considerável para aprender a Língua de Sinais e a criança pequena ainda não compreende a língua oral; logo, a tendência recorrente é os pais misturarem as línguas para efetuarem a comunicação.

Nesse contexto, acredita-se que a comunicação entre a criança surda e seus pais deva ser efetuada com base na estimulação de línguas puras, pois caso a criança conviva em âmbitos que façam uso das duas línguas separadamente ela as aprenderá de forma satisfatória. Em vista disso, acredita-se ser essa uma maneira de respeitar as diferenças entre surdos e ouvintes, na busca por uma melhor interação entre eles, possibilitando o pleno desenvolvimento da criança surda.

Machado (2002) descreve o processo de construção da identidade do surdo com perda auditiva severa através de seus relacionamentos surdo-surdo e surdo-ouvinte em dois distintos contextos, o familiar e o escolar. A família, enquanto primeira instância social na formação do sujeito, permeia o surgimento das representações sócio-culturais, ao passo que a escola tem o papel fundamental de formadora e socializadora, atuando numa rede de inter-relações em que cada contexto representa uma abordagem comunicativa diferente e ampla e uma cultura própria. Isso pode

repercutir na formação da identidade dos sujeitos surdos, pois o ambiente familiar é cercado pelo contato com ouvintes e a escola favorece um contexto sócio-cultural bilíngüe, ou seja, um contato com ouvintes e com surdos. Portanto, o contato surdo-surdo promoverá uma identificação para as crianças surdas independentemente do grau de perda auditiva.

A autora afirma que as crianças surdas podem construir diferentes identidades surdas e/ou ouvintes, dependendo da cultura a que estarão submetidas, pois em diferentes contextos poderá haver posicionamentos diversos em função de uma interação ou troca cultural. Aponta também que atualmente o bilingüismo é a forma mais adequada de subsidiar o desenvolvimento do surdo, o qual deve ter contato com duas línguas e com duas culturas para a construção de sua identidade surda e para uma melhor inserção na sociedade ouvinte.

Fernandes (2003) apresenta conceitos gerais e fundamentais para a compreensão do tema “linguagem e pensamento”, a partir de concepções tradicionais de teóricos como Vygotsky que respaldam a relação entre surdez, linguagem e pensamento. Como o pensamento está ligado à linguagem (mais especificamente à língua), esses dois processos se cruzam constantemente, em uma influência mútua.

A autora analisa questões que envolvem o bilingüismo em relação à educação dos surdos, de acordo com a “voz” dos ouvintes e dos surdos. A partir de depoimentos desses dois grupos sociais diferentes, deixa-nos explícito o papel da Língua de Sinais na educação dos sujeitos surdos, sendo que essa educação não é função somente da escola, mas também dos familiares e dos demais contextos em que o surdo estiver. Desse modo, entende-se o bilingüismo na educação em decorrência de como os profissionais recebem a criança surda na instituição de ensino.

Em relação ao bilingüismo na educação, a autora projeta um envolvimento da comunidade de surdos e inclui não somente os educadores, mas também os familiares surdos e/ou ouvintes, no intuito de que se insiram no meio social junto ao surdo. Sob esse enfoque, o bilingüismo na educação não deve ser fonte de equívocos com o bilingüismo na escola ou na sala de aula especificamente, pois existe uma idéia de que quando a criança está exposta a duas línguas na escola tem-se uma proposta bilíngüe; todavia, o papel dos educadores, integrado ao papel da família, implica uma sólida base com propósitos a partir do respeito à totalidade do indivíduo em seu desenvolvimento integral num meio psicossociocultural, uma vez que o bilingüismo é mais do que o conhecimento de uma outra língua como instrumento comunicativo.

A autora relata a importância da língua como ferramenta de comunicação e sua função no desenvolvimento dos processos cognitivos. Acredita que a Língua de Sinais tem seu lugar garantido de fato, embora muitas vezes não de direito. Salienta também que não existem apenas surdos a ensinar, e sim ouvintes e surdos a aprender sobre a educação de surdos.

Françozo (2003) aborda aspectos que surgem no relacionamento profissional-família que não dizem respeito a uma área específica de atuação, pois atualmente diferentes profissionais atuam com a família, como o fonoaudiólogo, o psicólogo e o terapeuta. Em decorrência disso, propõe refletir sobre a noção de família e de profissional, concluindo que há duas concepções em relação à família, uma de cunho teórico e outra de caráter interno. A primeira é formada por uma reelaboração ao longo da vivência profissional e tem por base uma teoria que orienta o profissional. A segunda refere-se à organização familiar interna, ou seja, à família idealizada pelo profissional. Logo, o que deve ser levado em

consideração pelos profissionais é que uma ou outra concepção de família irá influenciar seu trabalho, pois a família idealizada e a teorizada estarão presentes na maneira como o profissional interpreta uma determinada situação, na forma como pensa sobre as possíveis soluções e no encaminhamento dessa família.

Para se desenvolver um trabalho com a família de crianças surdas, é necessário considerar que muitas vezes o profissional trabalhará com sentimentos de luto, pois a sensação de perda decorrente do diagnóstico da surdez de um filho pode ser equivalente à morte de alguém. Assim sendo, trabalhar com uma família que manifesta tal postura pressupõe lidar com fortes sentimentos que muitas vezes estarão “em ebulição”.

Shapiro (1994 apud FRANÇOZO, 2003) apresenta uma classificação da seqüência de sentimentos presentes nas relações parentais quando ocorre o diagnóstico da surdez. Nesse sentido, é mais adequado entender o processo vivenciado pelos pais de crianças surdas de acordo com fases como o luto, como uma crise de identidade e de vínculo ou como a raiva, oriunda de uma violação de expectativas pela perda de controle e da liberdade pessoal. A culpa representa a sensação de os pais pensarem ter motivado a surdez; a vulnerabilidade caracteriza o medo pelo reconhecimento da fragilidade e a confusão remete aos estágios iniciais de aprendizagem, que são geralmente concebidos como difíceis e ameaçadores. Contudo, o sentir essas emoções não é algo linear e transitório, pois mesmo passados anos da detecção da surdez os pais revivem alguns desses sentimentos. Logo, a prática profissional deve refletir sobre os sentimentos que a família carrega consigo e sobre a própria concepção de família, pois esses aspectos estão presentes junto à intervenção de qualquer profissional e repercutem em sua atuação.

2 MATERIAL E MÉTODO

Essa pesquisa pautou-se em um estudo no campo das Ciências da Saúde no intuito de analisar as mediações estabelecidas com o sujeito surdo a partir de um contexto sócio-cultural interativo e lingüístico, com base na intervenção Fonoaudiológica com enfoque auditivo (estimulação para o aprendizado da língua oral), na família e na escolarização do surdo. Tal enfoque baseia-se no fato de que o sujeito em questão está inserido nos três segmentos considerados necessários e/ou primordiais para seu desenvolvimento e sua construção enquanto ser sócio-cultural.

Este estudo tem seu respaldo metodológico na pesquisa do tipo etnográfica que compreende um dado grupo que possui diferentes significados a serem compartilhados por meio da linguagem, de ações ou sistemas culturais que designam a descrição dos comportamentos e dos eventos correspondentes. No sentido de desvelar e interpretar os sistemas de significados dos sujeitos que compõem o grupo, a etnografia focaliza os aspectos comuns entre os membros que o integram.

Para André (1995, p. 27),

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente etnografia significa “descrição cultural”. Para os antropólogos, o termo tem dois sentidos: (1) um conjunto de técnicas que eles usam para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; e (2) um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas.

Esse tipo de pesquisa dispõe de uma flexibilidade para reformular hipóteses na medida em que se desenvolve em função da descoberta de novos conceitos e relações. Em virtude disso, poderá ser necessário um reajuste dos critérios de investigação, o que esse tipo de pesquisa permite ao investigador devido ao seu caráter aberto.

Segundo Fazenda (1991), o que mais caracteriza fundamentalmente a pesquisa etnográfica é, o envolvimento do pesquisador com o meio e as pessoas ou grupo pesquisado. Apresentando-se desde o começo da pesquisa, a intensidade do envolvimento ou participação do investigador no contexto pesquisado.

A investigação também se caracteriza como descritiva e quantitativa; a descrição tem o propósito de reproduzir de forma clara, detalhada e coerente às interfaces da interpretação realizada a respeito do assunto pesquisado, bem como descrever as características da amostra e/ou as relações entre as variáveis. Porém, não tem como atributo a exposição de maneira explicativa ou detalhada. Além disso, caracteriza-se por permitir o aproveitamento de seus resultados no futuro para possíveis alterações de determinada prática.

O método quantitativo refere-se às técnicas experimentais e quase experimentais, aos testes objetivos, às análises estatísticas e aos estudos de amostragem. Vincula-se a temas que suscitam freqüentes análises e buscam resultados estatísticos de correlação entre as variáveis analisadas.

Essa pesquisa foi desenvolvida no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) do Curso de Fonoaudiologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Escola Estadual de Educação Especial Dr. Reinaldo Fernando Cóser (que possui como proposta o

bilingüismo por ser uma escola especial para surdos) e também em uma escola privada com ensino regular (com pressupostos de inclusão) na cidade de Santa Maria. As escolas foram selecionadas segundo o grupo de sujeitos surdos elencados que permitiram a identificação dos sujeitos que constituíram a amostra desse estudo.

Na escolha dos sujeitos surdos, foram adotados cinco critérios de inclusão, os quais serviram como norteadores das condições auditivas e escolares do surdo para, dessa forma, delimitar-se a amostra do estudo. Os critérios estabelecidos buscaram identificar no sujeito as características listadas a seguir:

- diagnóstico de deficiência auditiva neurossensorial bilateral severa e/ou profunda;
- uso de aparelho de amplificação sonora individual pelo menos em uma orelha;
- acompanhamento pelo setor de intervenção fonoaudiológica do Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF);
- inserção no ensino regular e ou especial (proposta Educacional Bilíngüe) concomitante à intervenção fonoaudiológica e
- convívio com familiares ouvintes.

Através do levantamento realizado junto ao setor de deficiência auditiva do Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF/UFSM), foi possível identificar, a partir dos critérios explicitados, cinco sujeitos surdos de ambos os sexos, com idades entre sete e doze anos, que freqüentam a escola concomitante a esse atendimento. Desses, apenas um (01) sujeito freqüenta a

escola de ensino regular; os demais freqüentam uma escola especial para surdos.

Após a identificação dos sujeitos, segundo os critérios estabelecidos para a realização desse estudo, efetivou-se um contato com cada estagiária responsável pelo atendimento terapêutico. Todas as estagiárias freqüentam o 8º semestre do curso de Fonoaudiologia e, estão em contato terapêutico com os sujeitos surdos, desde o 5º semestre da graduação. As atividades terapêuticas das estagiárias são orientadas e supervisionadas por professores do curso, responsáveis pela área da Audiologia Educacional. Da mesma forma, o contato foi realizado junto às famílias e aos professores ouvintes, tendo por objetivo informá-los dos objetivos da pesquisa bem como solicitar sua participação nesse estudo, enquanto sujeitos integrantes da vida familiar, escolar e terapêutica do surdo. Cabe ressaltar, que todos os professores envolvidos têm sua formação em nível de graduação e/ou especialização na área da Educação Especial.

A partir da aceitação da proposta, todos os indivíduos passaram a ser objetos de estudo: cinco professores ouvintes, cinco estagiárias de fonoaudiologia e cinco familiares de cada um dos surdos identificados inicialmente. Todos os envolvidos assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, o que permitiu a vinculação das informações obtidas nesse estudo.

Da mesma forma, para cada sujeito surdo identificado no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico obteve-se junto aos familiares ou responsáveis às devidas autorizações, o que permitiu o acesso às informações audiológicas e escolares dos mesmos.

Foi entregue aos responsáveis de cada sujeito surdo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme NR n. 196/96 (Anexo A) para que disponibilizassem a participação dos envolvidos, sendo

que essa participação poderia ser suspensa em qualquer momento do estudo. Cabe ressaltar ainda que esse estudo teve sua execução aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Santa Maria/RS, conforme Parecer n. 014669.

Para se atingir o objetivo proposto, utilizou-se como instrumento de investigação a entrevista estruturada por entendê-la como o recurso que mais facilita o acesso aos dados considerados pertinentes à pesquisa. Esse instrumento permitiu a formação do conhecimento acerca das mediações estabelecidas entre os três âmbitos pesquisados e o indivíduo surdo, além de ampliar os conceitos relativos à comunicação, à interação e às influências das mediações mantidas entre a família, a escola e a intervenção fonoaudiológica, aspectos que contribuem na construção do surdo a partir de sua cultura e seu meio social.

Segundo Gil (1999, p. 121),

A entrevista estruturada desenvolve-se a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados que geralmente são em grande número. Por possibilitar o tratamento quantitativo dos dados, este tipo de entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais.(...) Outra vantagem é possibilitar a análise estatística dos dados, já que as respostas obtidas são padronizadas.

As perguntas propostas na entrevista estruturada foram organizadas pelo pesquisador e tiveram como objeto de investigação as mediações com o sujeito surdo em três contextos distintos, o familiar, o terapêutico e o escolar. Para tanto, foram entrevistados familiares (pais ou avós ouvintes), estagiários do curso de Fonoaudiologia (8º semestre letivo do ano de 2003) que estavam desenvolvendo a intervenção fonoaudiológica e professores ouvintes

(graduados e/ou especialistas em Educação Especial) de escola regular e especial para surdos, responsáveis pela escolarização dos sujeitos surdos.

Cabe ressaltar que o instrumento de entrevista adotado permite também conhecer a intervenção⁵ dos ouvintes participantes dos três segmentos para se determinar como ambos, surdos e ouvintes, posicionam-se em relação à interação e com quem mais interagem, e ainda como se estabelece a comunicação entre cada segmento entrevistado com base no propósito de intercâmbio social.

Assim, pode-se analisar as mediações de cada âmbito e suas repercussões em relação aos sujeitos surdos, como também o que há de comum nas atitudes e nos pensamentos revelados através das entrevistas. Isso nos permite uma maior reflexão e percepção acerca dos aspectos referentes à surdez, do modelo de comunicação utilizado nas relações e dos tipos de interação sócio-cultural, no intuito de desvelar o processo que constitui o sujeito surdo a partir do seu meio social.

Os resultados serão apresentados por meio de figuras que representam os valores relativos aos dados obtidos nesse estudo. Assim, para melhor disposição das informações, a organização dos resultados deu-se em função de “categorias de análise” dispostas de acordo com a ênfase nos assuntos concebidos como sendo os mais significativos para a compreensão integral do trabalho realizado.

⁵ Esse termo refere-se ao processo de mediação, de acordo com Vygotsky (1998a), em que um elemento intermediário numa relação passa a ser mediado. Esse processo de intervenção é compreendido aqui em função dos três segmentos (familiar, escolar e terapêutico) enfatizados nesse trabalho.

3 RESULTADO

Este capítulo reúne os resultados obtidos por esse estudo, lembrando que a investigação contempla a pesquisa etnográfica, tendo como objeto de estudo, três segmentos distintos de sujeitos atuantes no cotidiano do surdo. Estes segmentos estão constituídos de professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares.

Os resultados são fruto de questões provindas dos segmentos pesquisados. Representam uma gama de interpretações observadas e analisadas, uma vez que os sujeitos entrevistados são atores sociais e coadjuvantes no cotidiano dos sujeitos surdos. É importante ressaltar que essa pesquisa objetiva analisar as mediações estabelecidas pela família, pelo professor ouvinte e pela estagiária de fonoaudiologia com os sujeitos surdos que freqüentam a escola de maneira concomitante ao atendimento fonoaudiológico.

Para melhor compreensão dos resultados, buscou-se organizá-los segundo “Categorias” divididas de acordo com as questões propostas aos segmentos estudados.

3.1 Categoria Surdez

A audição desempenha um papel preponderante e decisivo no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem (oral). Em vista disso a surdez, por acarretar uma dificuldade de percepção dos

sons, origina perturbação no conhecimento do meio e na relação oral.

Na criança, as conseqüências são mais negativas no desenvolvimento da estruturação da imagem de mundo, bem como no amadurecimento social, emocional, cognitivo e psicológico, o que torna necessário o estabelecimento de mediações pertinentes por parte dos segmentos integrantes da vida do sujeito surdo.

Nas figuras 1, 2, 3 e 4 destacam-se os resultados provindos da relação entre perda auditiva e aproveitamento escolar e entre perda auditiva, comunicação e interações sócio-culturais, bem como resultados que refletem a imagem de familiares, professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia em relação ao sujeito surdo.

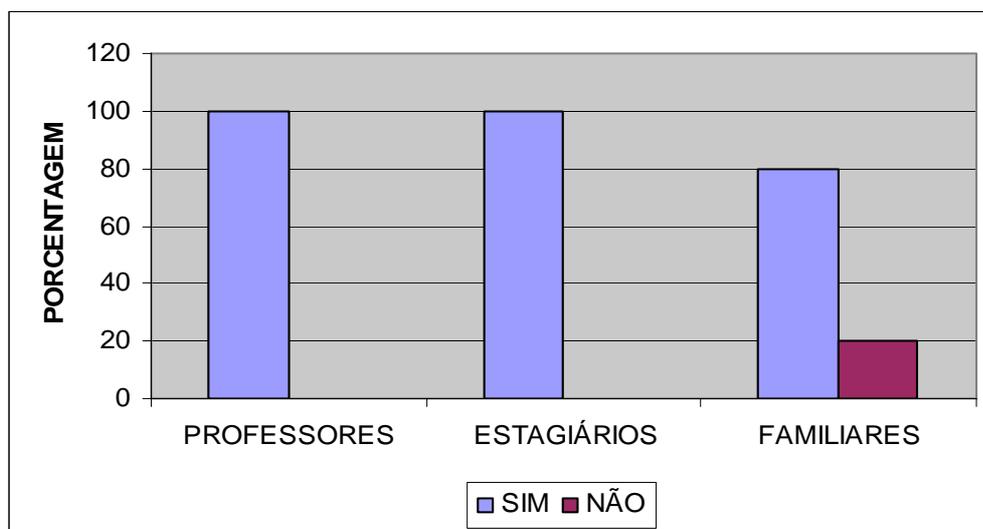


Figura 1 – Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia no aproveitamento pedagógico do sujeito surdo

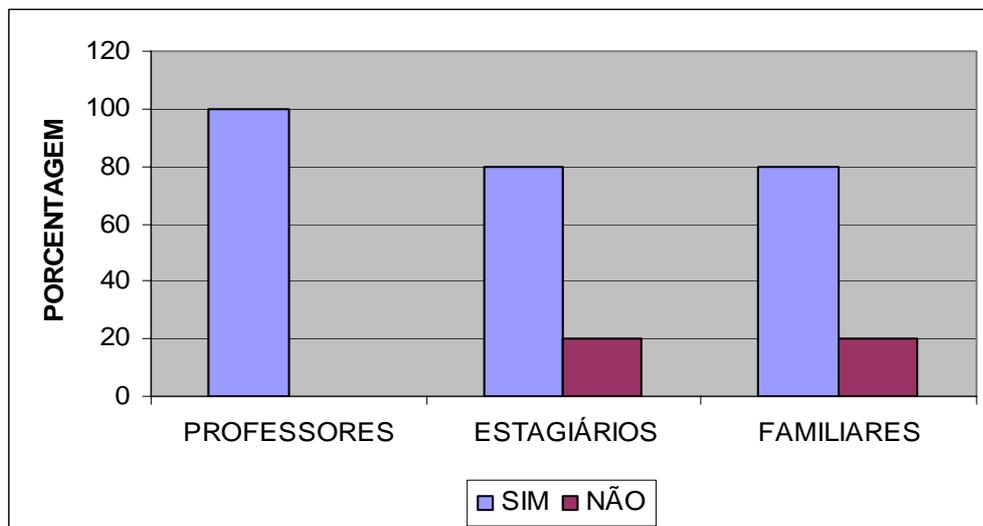


Figura 2 – Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia na interação do sujeito surdo com os demais sujeitos (ouvintes e/ou surdos)

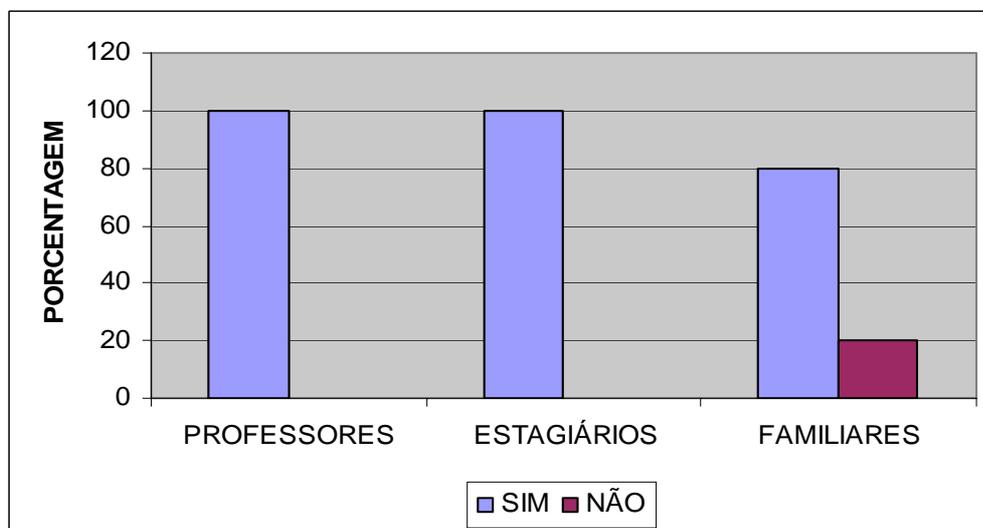


Figura 3 – Os segmentos pesquisados consideram que a perda auditiva influencia na comunicação do sujeito surdo

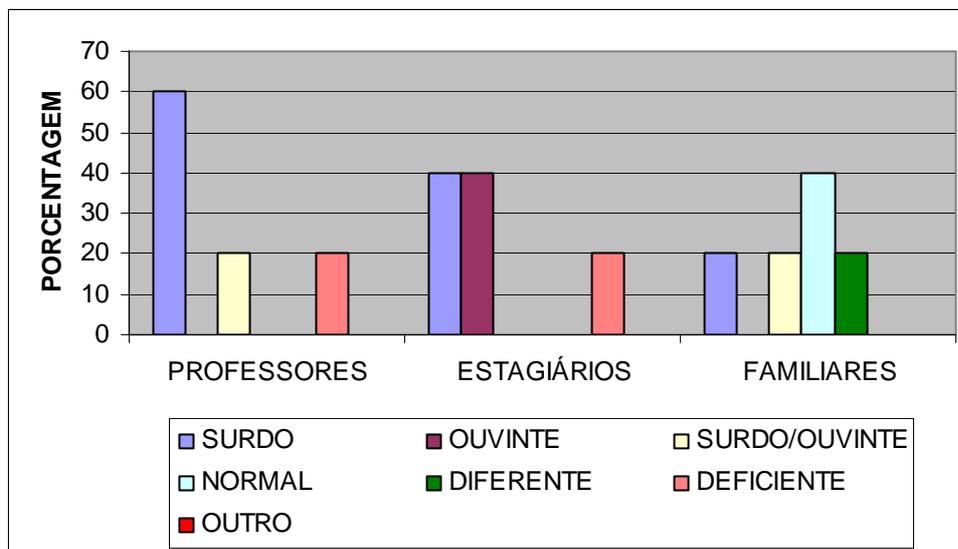


Figura 4 - Imagens internalizadas atribuídas pelos segmentos pesquisados em relação ao sujeito surdo

3.2 Categoria Comunicação

Sabe-se que a comunicação é um modo de transmissão de informações entre indivíduos que pode se apresentar de formas diferentes, submetidas necessariamente a códigos com traços significantes e regras de disposição.

Assim, os resultados esboçados nas figuras 5 a 13 referem-se à forma e influência da comunicação segundo os segmentos estudados, tendo como propósito de análise as mediações com o sujeito surdo.

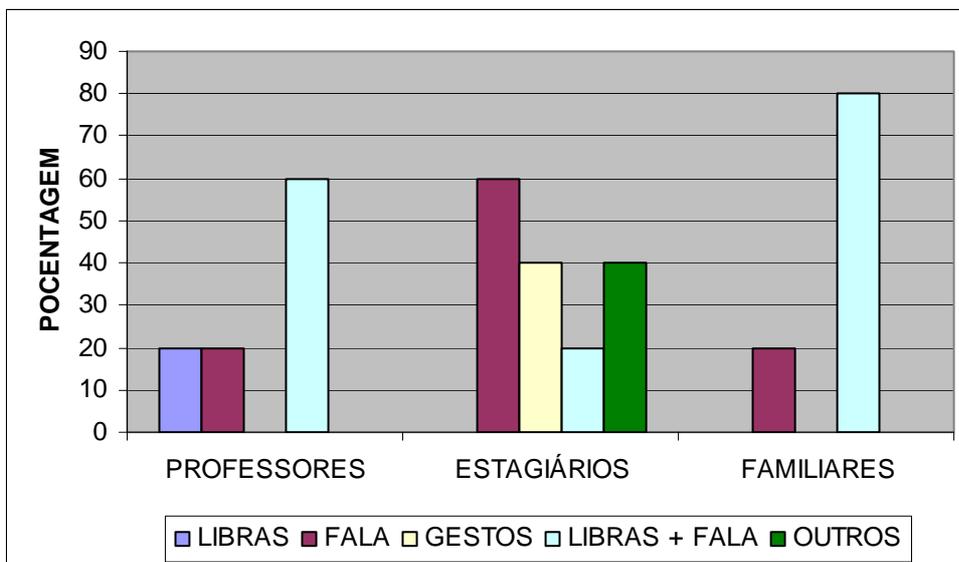


Figura 5 - Tipo de comunicação utilizada pelos segmentos pesquisados com os sujeitos surdos

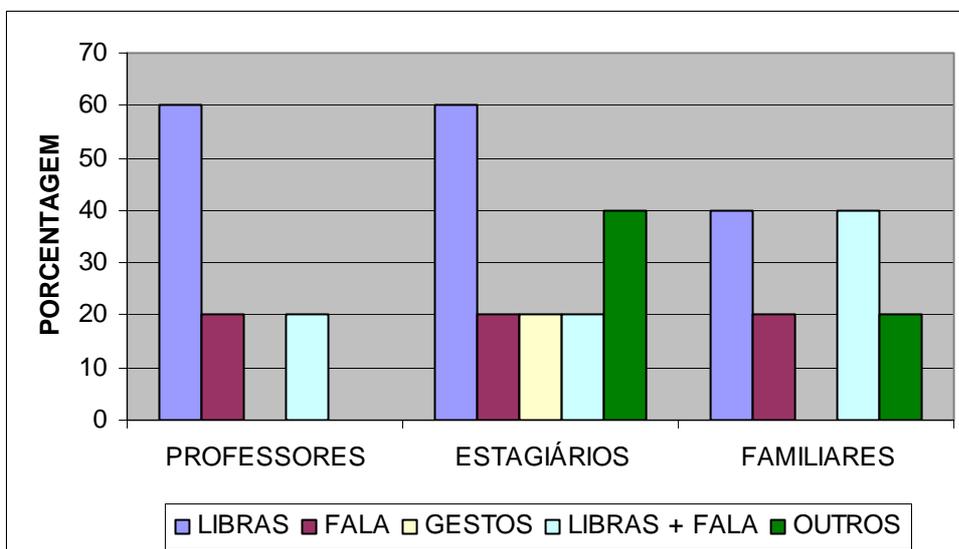


Figura 6 - Tipo de comunicação utilizada pelos sujeitos surdos com os segmentos pesquisados

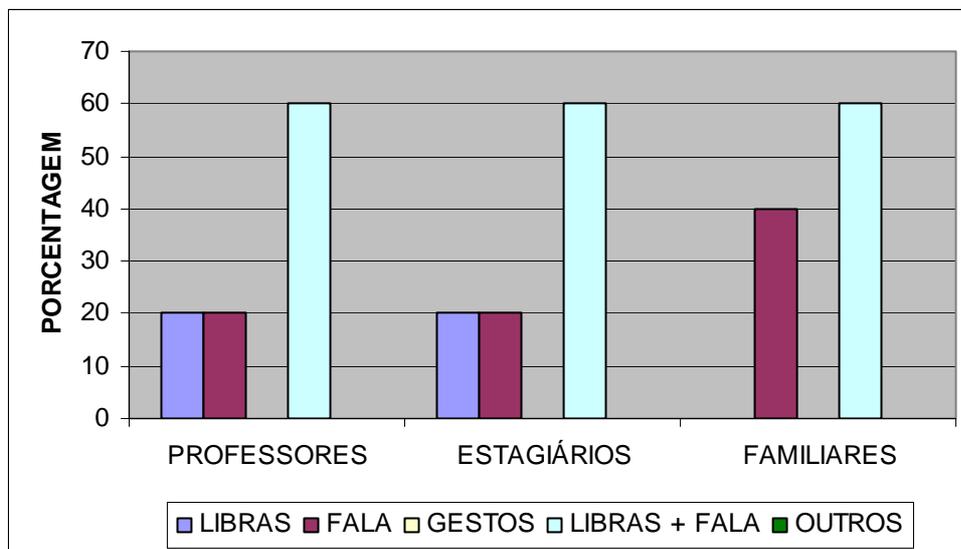


Figura 7 - Tipo de comunicação idealizada pelos segmentos pesquisados acerca do sujeito surdo

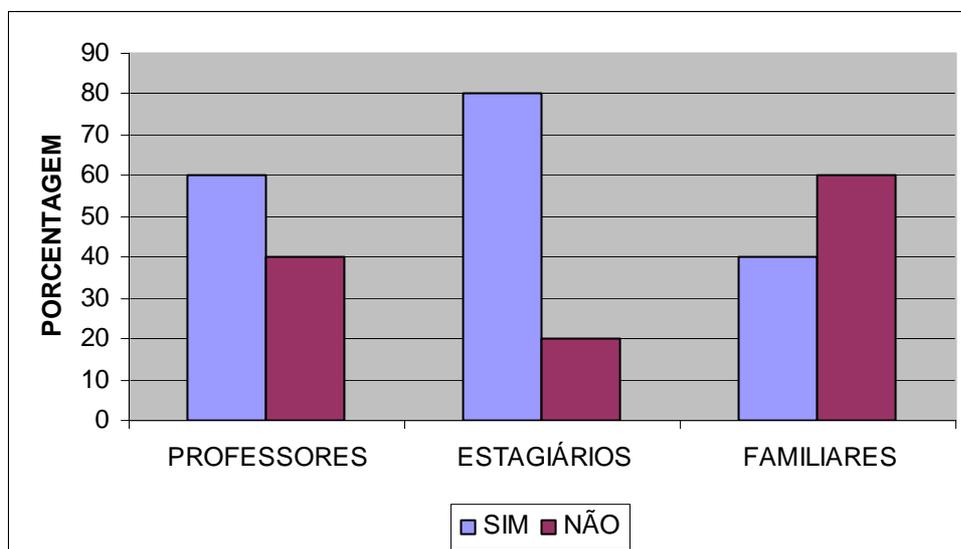


Figura 8 - Os segmentos pesquisados consideram necessário utilizar outro tipo de comunicação com o sujeito surdo

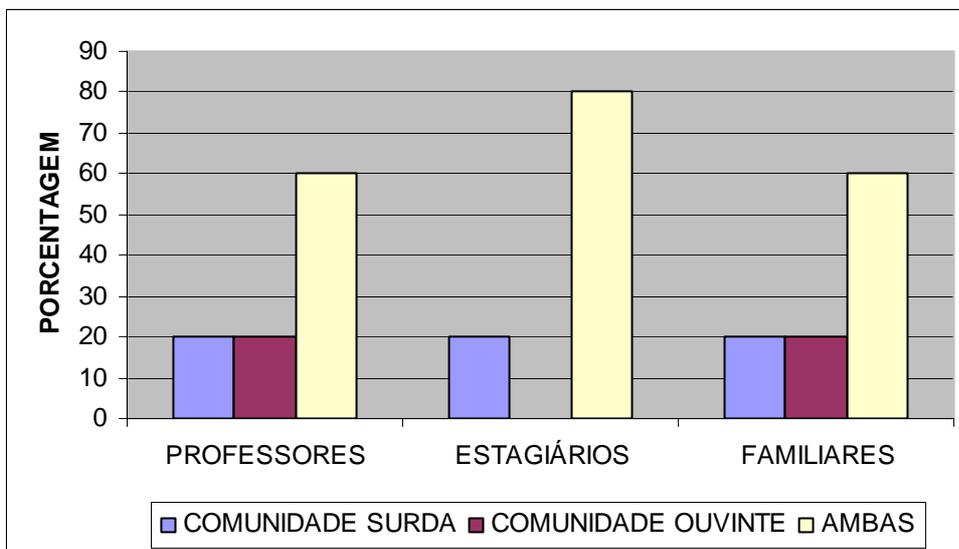


Figura 9 - Os segmentos pesquisados consideram importante para a comunicação do sujeito surdo o contato com a comunidade surda e/ou ouvinte

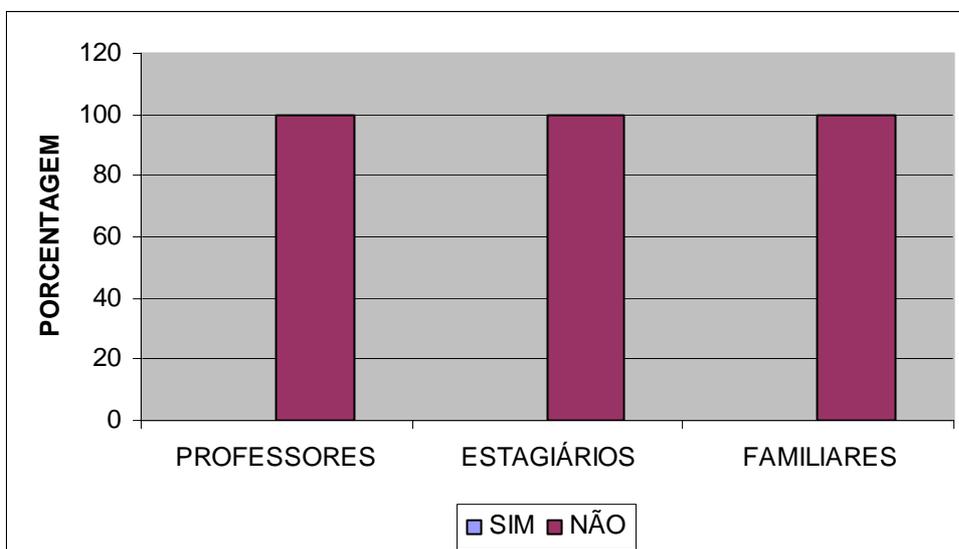


Figura 10 - Os segmentos pesquisados consideram a comunicação em Libras favorável à inserção do sujeito surdo na sociedade

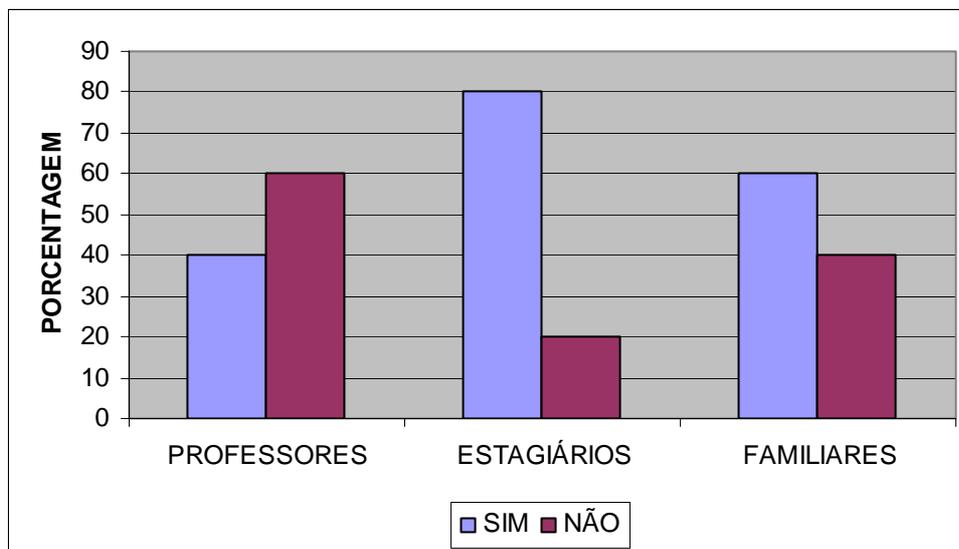


Figura 11 - Os segmentos pesquisados consideram importante o papel da escola especial na comunicação do sujeito surdo de forma concomitante à terapia fonoaudiológica

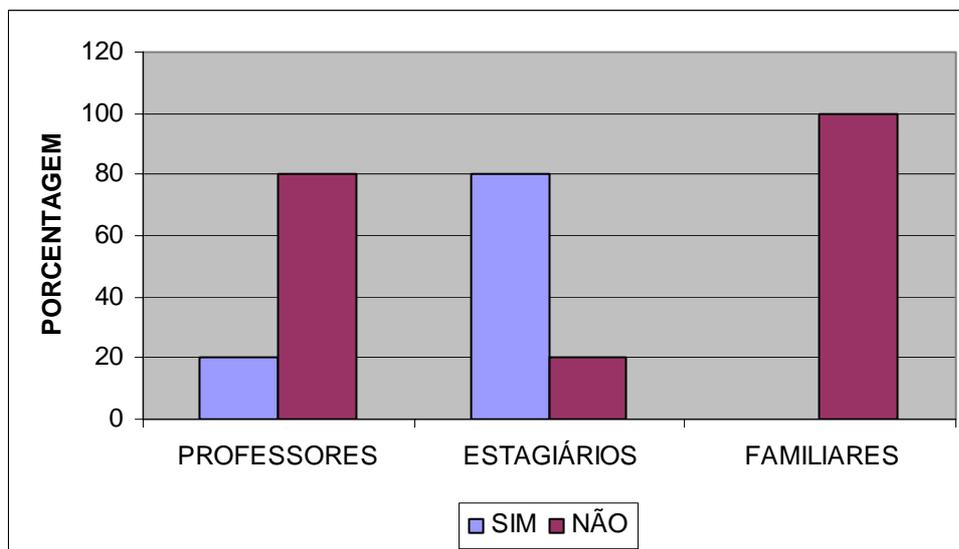


Figura 12 - Os segmentos pesquisados consideram a comunicação em Libras um meio adequado à comunicação do sujeito surdo

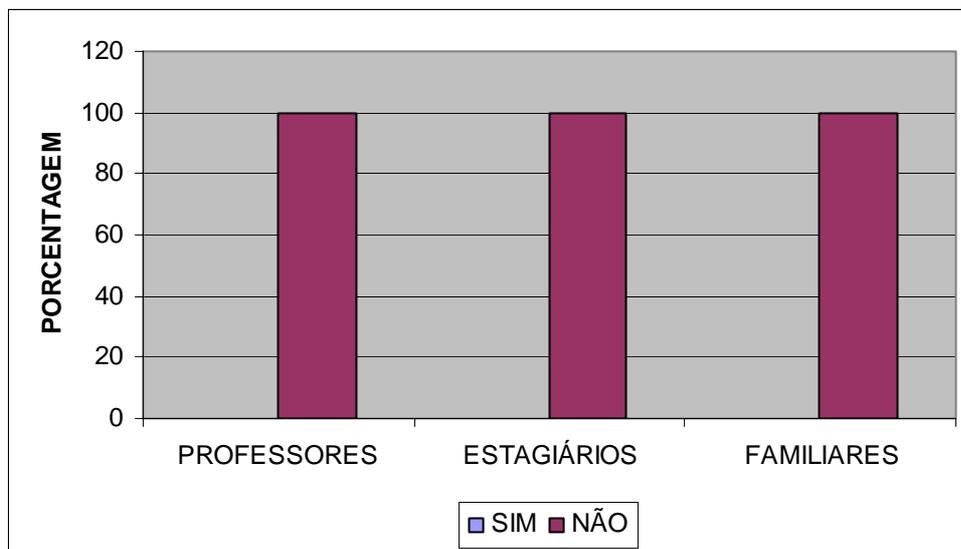


Figura 13 - Os segmentos pesquisados consideram desnecessário o aprendizado da Língua Portuguesa já que o sujeito surdo faz uso da Libras

3.3 Categoria Interação

As interações ocorrem devido à comunicação utilizada pelos indivíduos que estabelecem mediações permeadas pelas trocas sociais e culturais com os sujeitos surdos. Em virtude disso, ocorre o contato entre os sujeitos, o que propicia a construção dos surdos pela interação, através da linguagem, em distintos ambientes como o escolar, o terapêutico e o familiar.

Nas figuras 14 a 19, apresentam-se os resultados das questões referentes ao tipo de escola e aos diferentes momentos de interações sócio-culturais do sujeito surdo.

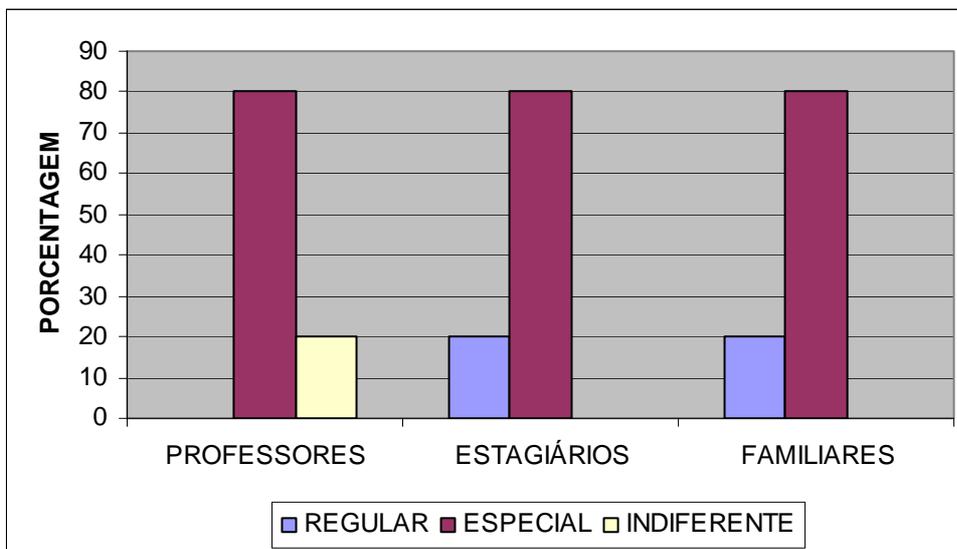


Figura 14 - Tipo de escola que os segmentos pesquisados consideram importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo

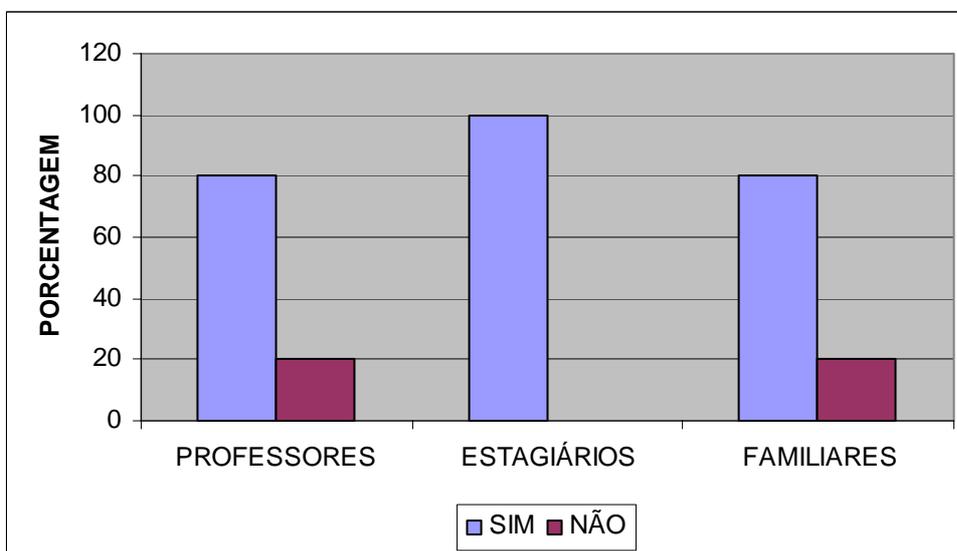


Figura 15 - Os segmentos pesquisados consideram importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo o contato com demais sujeitos surdos

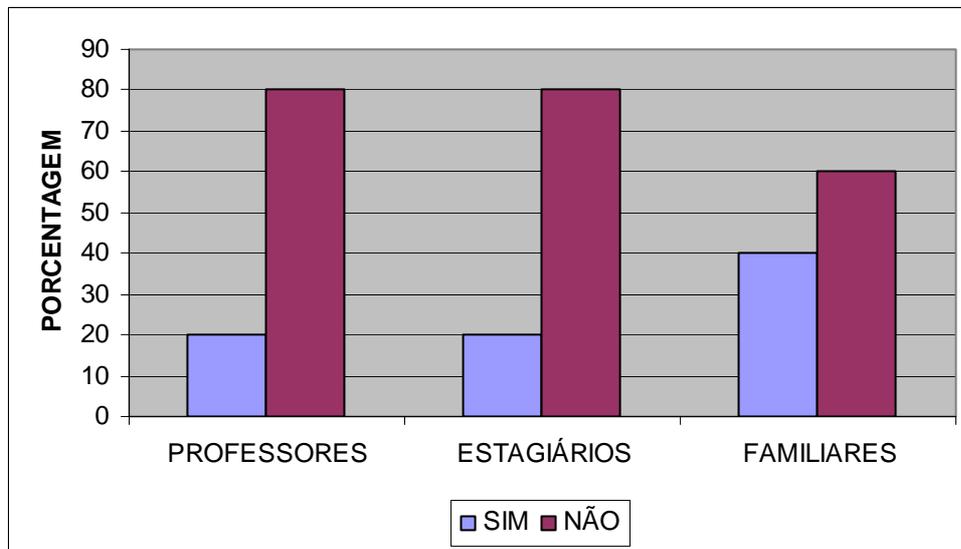


Figura 16 - Os segmentos pesquisados consideram o aprendizado da Libras favorável à interação sócio-cultural do sujeito surdo

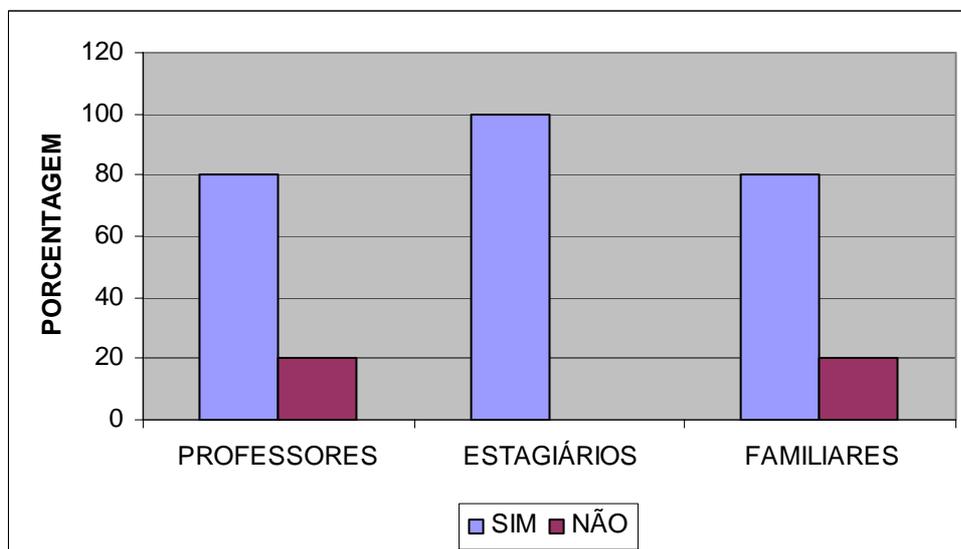


Figura 17 - Os segmentos pesquisados são favoráveis à interação sócio-cultural do sujeito surdo pelo uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras

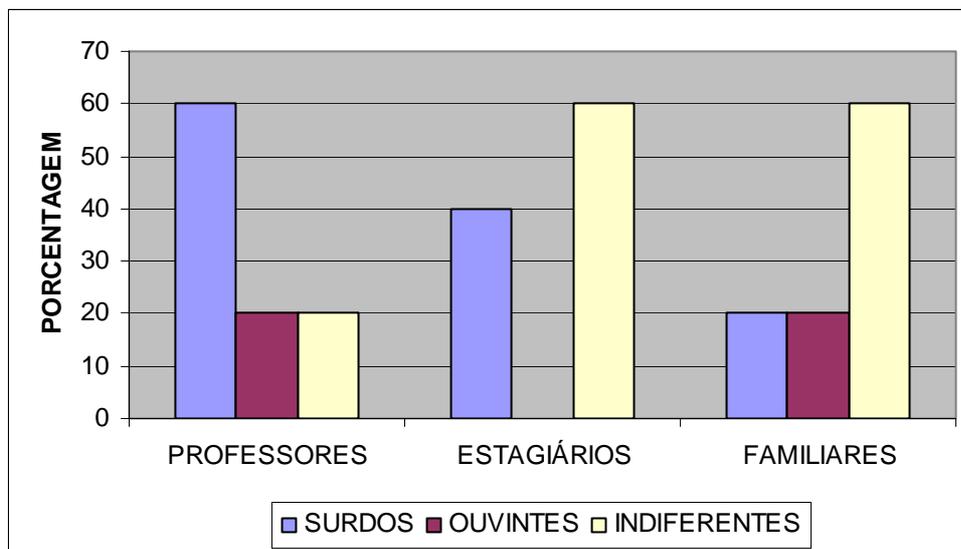


Figura 18 - Os segmentos pesquisados consideram que o sujeito surdo interage melhor com sujeitos surdos e/ou ouvintes

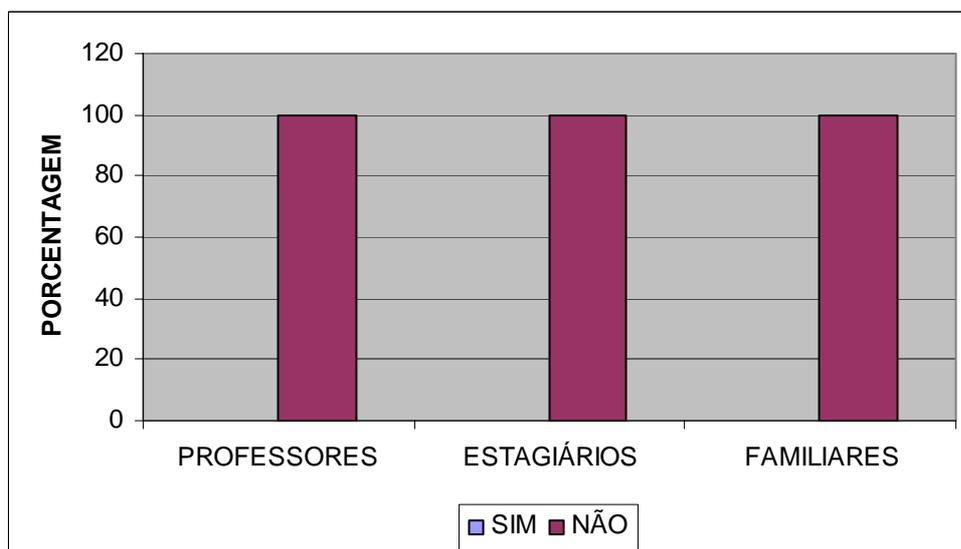


Figura 19 - Os segmentos pesquisados acreditam na inserção do surdo na sociedade

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo tem como propósito apresentar as discussões dos resultados encontrados nessa pesquisa. Com isso, alcança-se o objetivo delimitado para a investigação, ou seja, a análise sobre como as mediações de três segmentos (família, escola regular/especial para surdos e intervenção fonoaudiológica com enfoque auditivo) vêm ocorrendo com o surdo que frequenta a escola de forma concomitante à terapia. Para tanto, buscou-se verificar de que forma as mediações implicam na comunicação e na interação do sujeito com perda auditiva e como influenciam a sua construção enquanto sujeito.

Para o desenvolvimento do trabalho foram estabelecidas três categorias condutoras da temática esboçada, já que a surdez, a comunicação e a interação são aspectos fundamentais para a vida do sujeito surdo.

Nesse contexto, é necessário pensar sobre a perda auditiva e suas conseqüências, uma vez que o desenvolvimento dos sujeitos considerados encontra-se atrelado a essa perda. Tal deficiência repercute sobre inúmeros aspectos, tais como: linguagem (primeira e principal área a receber implicações negativas); socialização (devido à linguagem precária, o sujeito fica impossibilitado de interagir em determinadas situações, o que também se reflete na demanda emocional); e cognição (aspecto indissociável da linguagem, também é atingida pelo déficit auditivo). Assim, essas influências condicionam o desenvolvimento do sujeito surdo.

Os comprometimentos ocasionados pela perda auditiva estão ligados diretamente à linguagem, instrumento que permeia a cognição do homem e sua socialização, tornando-o um ser sócio-cultural através do convívio com as outras pessoas. Em decorrência da surdez, a linguagem deficitária torna-se uma barreira, um bloqueio para as trocas e os intercâmbios sociais.

Em função do exposto acima, apresenta-se a análise dos resultados investigados, relacionando-os aos processos que a deficiência auditiva gera no sujeito surdo, para que então possam ser compreendidas as mediações estabelecidas pelos ouvintes com esse sujeito.

4.1 Categoria Surdez

As figuras 1, 2 e 3 relacionam-se diretamente à surdez. A figura 4 apresenta a imagem internalizada que os três segmentos mencionados atribuem ao sujeito surdo.

Na figura 1, evidencia-se que 100% dos professores ouvintes e das estagiárias de fonoaudiologia e 80% dos familiares consideram a perda auditiva como fator influenciador ao aproveitamento pedagógico do sujeito.

Essa porcentagem pode ser atribuída ao fato de que tanto professores ouvintes como estagiárias conhecem as etapas do desenvolvimento da criança e da aquisição da linguagem, já que possuem formação superior ou estão em vias de adquiri-la. Nesse sentido, são capacitados a trabalhar, ou melhor, a educar e estimular a criança surda.

É notório que a perda auditiva influencia diretamente no aproveitamento pedagógico, o que sugere que a criança surda necessita de uma maior intervenção pedagógica e de subsídios específicos e apropriados ao seu desenvolvimento. Dessa forma, o desempenho pedagógico evoluirá de maneira mais significativa, através das diferentes mediações que os familiares e os profissionais da educação e da saúde estabelecerem com o sujeito surdo. Acredita-se que tais mediações, se realizadas de modo dinâmico e específico, possibilitarão ao surdo um melhor aproveitamento pedagógico, efetivando a construção de conhecimentos e de sujeito pertencente a um grupo sócio-cultural.

Com base na literatura consultada, considera-se pertinente a contribuição de Roslyng-Jensen (1997), que em seu estudo relata a influência da perda auditiva na vida escolar do surdo:

(...) muitas variáveis estão presentes no processo de aprendizagem da criança: a quantidade de estimulação da criança realizada pelos pais, qualidade da mesma estimulação, inteligência inata, idade do estabelecimento da perda auditiva, fatores da personalidade da criança, condições de saúde física, em geral, e níveis sócio-econômicos. Estas variáveis podem, então, afetar habilidades de aprendizagem (...) (ROSLYNG-JENSEN, 1997, p. 304).

O percentual dos familiares que acreditam que a perda auditiva é fator de influência no aproveitamento pedagógico (80%) decorre do fato de a família possuir uma certa quantia de informações obtidas de profissionais, desde a descoberta da perda auditiva. Os 20% restantes correspondem aos familiares que não consideram a surdez um fator influenciador do aproveitamento pedagógico. Esse resultado pode decorrer de uma experiência bem sucedida dos pais em relação à surdez do filho, em virtude de terem obtido informações e aconselhamento de profissionais em relação à

surdez e suas conseqüências de maneira precoce, além do conhecimento das condições específicas da surdez (grau e tipo).

Dessa forma, as mediações clínicas e educacionais que permeiam a vida dos sujeitos surdos podem estimular-lhes o desenvolvimento. No entanto, considera-se essencial a manutenção do aconselhamento dos profissionais junto aos familiares em função dos danos que a perda auditiva acarreta ao desenvolvimento do surdo.

A importância do aconselhamento de profissionais comprometidos com os processos de avaliação, identificação, diagnóstico, habilitação e educação especial para surdos é afirmada por Northern; Downs (1989), McKirdy; Klimovitch (1999), Hodgson (1999), Roslyng-Jensen (1997) e Andrezza (2001). Esses autores ressaltam que as orientações e os aconselhamentos não devem ser procedimentos isolados e sim contínuos, pois o acompanhamento necessita ser permanente e as avaliações audiológicas, periódicas. As orientações devem recair também sobre a prótese auditiva, seu funcionamento e manutenção, bem como fornecer apoio emocional à família.

A figura 2 demonstra que tanto familiares como estagiárias de fonoaudiologia consideram em índice equivalente (80%) de que a perda auditiva compromete à interação do sujeito surdo com os demais sujeitos (ouvintes e/ou surdos).

No segmento escolar, constituído pelos professores ouvintes, a totalidade dos entrevistados considera a perda auditiva como um aspecto decisivo à interação do sujeito surdo com os demais sujeitos (ouvintes e/ou surdos). Esses dados evidenciam o caráter do comprometimento relativo à surdez.

Uma vez que a perda auditiva acarreta dificuldades na aquisição da linguagem, justifica-se a barreira existente nas mediações dos segmentos analisados e o surdo. Esses entraves estão presentes nas interações que o surdo estabelece com os demais indivíduos ao longo do seu desenvolvimento.

A perda auditiva, desde a mais tenra idade, interfere na aquisição da linguagem, o que compromete diretamente a comunicação e conseqüentemente ocasiona dificuldades de interação, ou seja, as trocas sociais são prejudicadas pela audição deficitária.

Tais considerações vão ao encontro das idéias de autores como Goldfeld (2002), Boothroyd (1982), Andrezza (2001), Machado (2002), Quadros (1997), e Balieiro; Ficker (1999), que conceituam a surdez como uma dificuldade diante de um contato inicial entre mãe ouvinte - filho surdo, ou pai ouvinte - filho surdo. Logo, a perda auditiva é uma barreira comunicativa, pois o bebê não percebe os sons do meio e da fala de seus pais, o que interfere diretamente na interação da criança com os adultos.

A figura 3 apresenta os resultados obtidos dos professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia os quais consideram (em porcentagem de igual valor e totalitária – 100%) que a perda auditiva influencia na comunicação do sujeito surdo.

Quanto ao segmento familiar, 80% dos entrevistados acreditam ser a perda auditiva um aspecto decisivo à comunicação do sujeito surdo. Os demais 20% não a consideram um fator influente na comunicação.

Nesse contexto, é importante salientar que a comunicação é um meio amplo de se estabelecer trocas sociais, sendo, pois necessária para mediar o sujeito e o mundo que o cerca. Abrange as

linguagens, que possuem como função não somente a sociabilidade do sujeito, mas também seu desenvolvimento cognitivo e psico-emocional.

Portanto, a aquisição de uma linguagem é fundamental ao sujeito, e deve ocorrer desde idade precoce, pois configura a ferramenta construtora da criança a partir das mediações dos ambientes, inferidas por meio da linguagem empregada. Em vista disso, quanto mais tarde a surdez for diagnosticada, maiores serão as restrições ao desempenho das habilidades lingüísticas, pois o período crítico para a aquisição de uma linguagem efetiva já terá passado.

Essa idéia é abordada nos estudos de Northern; Downs (1989), Jamieson (1999) e Ross (1999). Esses autores ressaltam que o período crítico de aquisição da linguagem é primordial à evolução da criança e deve ser respeitado, pois quanto mais cedo o indivíduo for exposto a uma linguagem condizente com sua audição, melhor se dará seu desenvolvimento.

De acordo com Northern; Downs (1989, p. 117),

A teoria do período crítico estabelece que há certos períodos no desenvolvimento, nos quais o organismo é programado para receber e utilizar tipos particulares de estímulos, e que posteriormente o estímulo terá potência gradualmente diminuída no afetar o desenvolvimento do organismo na função representada. No caso da audição, significa que a um certo estágio de desenvolvimento os sinais auditivos serão otimamente recebidos e utilizados por atividades pré-lingüísticas importantes, mas uma vez que esse estágio tenha passado, a utilização efetiva desses sinais gradualmente decresce.

Considera-se ainda que o desenvolvimento global do surdo está relacionado à sua performance comunicativa. Em virtude disso, o indivíduo apresentará comprometimentos específicos, sendo a surdez um fator de interferência à evolução do sujeito em inúmeros aspectos necessários ao seu desenvolvimento.

Em consonância com a análise realizada, Jamieson (1999) refere-se ao impacto que a perda auditiva acarreta na aptidão comunicativa, psicossocial e cognitiva, embora acredite ser difícil determinar concretamente esse impacto em um sujeito em particular, pois considera a perda auditiva não somente um diagnóstico, um parecer etiológico, uma vez que incide sobre diferentes aspectos em cada sujeito.

McKirdy; Klimovitch (1999) afirmam que a perda auditiva afeta direta ou indiretamente diversas áreas do indivíduo. Essas autoras acreditam que,

(...) a deficiência auditiva de qualquer grau severo o suficiente para interferir na aquisição de linguagem ou no fluxo normal de conversação em qualquer situação de escuta que seja menos favorável tem implicações ao longo da vida. Entender o que estas implicações representam é a parte fundamental para a elaboração de um programa educacional que possibilitará à criança atuar com sucesso na vida (p. 749).

Em vista do que foi delineado, a partir do posicionamento dos autores mencionados, destaca-se que a dificuldade do sujeito surdo reside em uma privação de linguagem ocasionada pela falta total ou parcial da audição, o que compromete as interações estabelecidas.

Sendo assim, um sólido suporte deve ser proporcionado ao surdo, passando pelos diferentes campos do conhecimento para se compreender a questão da surdez e o modo como ela interfere no sujeito e nos segmentos que mediam seu desenvolvimento.

Em conjunto, familiares e profissionais devem estruturar mediações que interfiram positivamente no desenvolvimento do sujeito e no seu envolvimento com os demais membros da sociedade.

Os altos índices de porcentagem das figuras 1, 2 e 3 confirmam que a perda auditiva, desde a mais tenra idade, interfere

na aquisição da linguagem, comprometendo diretamente a comunicação e o aproveitamento pedagógico, bem como a interação do sujeito surdo.

Conclui-se então que a perda auditiva, nas mediações dos três segmentos contemplados, tem sido considerada como um fator de interferência importante para o aproveitamento pedagógico, para o desempenho comunicativo e para a capacidade de interação do surdo.

A figura 4 explicita que a imagem internalizada em relação ao sujeito surdo é mediada de maneira distinta pelos segmentos analisados.

Atribuir uma imagem a um sujeito é dispor de uma visão já estabelecida sobre ele, a qual repercute positiva ou negativamente, pois o indivíduo estará sendo rotulado e estigmatizado ou potencializado e estimulado a construir-se como sujeito.

Verificou-se que a imagem construída acerca do sujeito como surdo esteve evidente em todos os segmentos. No entanto, a ela correspondem proporções distintas e significativas oriundas de cada segmento, especificamente uma diferença de 20% entre cada um deles (60%, 40% e 20%).

Dessa forma, considera-se que as proporções de 60% e 40% para os professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia estejam relacionadas à formação e às mediações profissionais de cada segmento.

Acredita-se que a concepção dos 20% dos familiares, que consideram seu filho como um sujeito surdo, esteja norteadada por informações e aconselhamentos recebidos dos segmentos constituídos por profissionais da saúde e educação. Os referidos profissionais, ao transmitirem informações e aconselhamento aos

pais, deixam transparecer também a imagem que eles próprios atribuem a esse sujeito.

Os dados que mostram igual porcentagem das estagiárias de fonoaudiologia, ao conceituarem as imagens de sujeito surdo e ouvinte (40%), denotam uma contradição quando se considera que os envolvidos encontram-se em fase de conclusão de uma formação profissional sustentada por um direcionamento terapêutico com proposta auditivo-verbal. Os 20%, que atribuíram à surdez uma imagem de sujeito deficiente, permitem evidenciar a presença do respaldo teórico-clínico na formação desse segmento.

Quanto aos professores ouvintes, cuja formação profissional é sustentada por uma orientação bilíngüe por meio da qual a imagem do sujeito surdo é concebida, verificou-se também que 20% relacionaram a imagem de deficiente à distinção surdo/ouvinte. A imagem de sujeito “diferente” não foi mencionada pelo segmento de professores ouvintes.

Tais resultados estão de acordo com Jamieson (1999), que situa as definições relativas à surdez e/ou à deficiência auditiva como dependentes das suposições teóricas de quem define as terminologias, pois o campo do conhecimento é vasto e congrega inúmeros pontos de vista.

Em contraposição ao exposto acima, Skliar (1998) atribui a imagem de ouvinte ao conjunto de representações da sociedade ouvinte. Esta obriga o surdo a se posicionar como um ouvinte, em um processo denominado ouvintismo. Norteados por essa mesma visão, situam-se autores como Quadros (1997), Wrigley (1996) e Perlin (1998).

O segmento familiar foi o único que atribuiu ao sujeito surdo a imagem de sujeito normal em proporções significativas (40%) e a

imagem de sujeito diferente (20%). Para atribuírem tais imagens aos seus filhos, os familiares certamente tiveram que passar por um processo de aceitação da diferença, uma vez que as etapas vivenciadas pela família desde o diagnóstico da surdez implicam uma revisão das concepções e atitudes mediante a pessoa com deficiência auditiva.

Em virtude disso, é relevante relacionar-se esse processo com a literatura que enfoca a idéia da aceitação, através dos autores que analisam os sentimentos dos familiares.

Boothroyd (1982) e Françoze (2003) apontam que os pais passam por fases que ocasionam uma ruptura de sentimentos que repercute de maneira tão intensa quanto a morte. Sentem a imagem de um filho perfeito ser destruída, vivenciando estágios de luto até que aconteça a aceitação. Mas para isso é necessário um longo tempo. Há pais inclusive que não conseguem aceitar a nova situação e ficam revivendo esses estágios que influenciam negativamente sobre o surdo.

Danesi (2001) aponta a cisão dos pais em dois grupos distintos. Segundo a autora, há pais que aceitam a surdez de seu filho e compreendem a convivência com a comunidade de surdos e o uso da Língua de Sinais como fatores essenciais ao envolvimento efetivo da criança na comunidade em que vive e com os sujeitos que dela fazem parte. Além disso, manifestam em suas atitudes para com seu filho um profundo orgulho de suas capacidades. Em situação radicalmente oposta situam-se pais que estão apenas resignados com a nova situação a que a família foi exposta, conseqüentemente agindo de forma receosa em função do sentido de diferença que a surdez pressupõe.

O segmento familiar caracterizou em 20% a imagem de sujeito surdo/ouvinte, o que leva a considerar esse dado fruto do uso de

duas línguas pelo sujeito com deficiência auditiva. Isso pode ser atribuído ao fato de o surdo estar utilizando duas formas de comunicação: o estímulo da língua oral (fala) através da intervenção fonoaudiológica e o uso da Libras em escola especial para surdos.

A conduta dos sujeitos surdos, ao fazerem uso de duas línguas, provavelmente remeta à internalização da imagem surdo/ouvinte. Isso ocorreria porque o surdo recebe, nos segmentos escolar e terapêutico, estímulos por meio das mediações que potencializam o uso de duas línguas.

Ao atribuírem imagens aos sujeitos, os segmentos apresentam de forma implícita as características que a surdez lhes sugere. Além disso, as denominações “surdo”, “surdo/ouvinte” e “deficiente” enfatizam o comprometimento oriundo da perda da audição, o que repercute na linguagem. Quando precária, esta determina negativamente os demais aspectos do sujeito, o qual necessitará de mediações eficazes por parte da família e das áreas de saúde e educacional.

Balieiro; Ficker (1997) contribuem com essa linha de análise salientando que as dificuldades na aquisição da linguagem pela criança surda não podem ser atribuídas somente ao déficit auditivo, uma vez que se deve considerar também as oportunidades restritas de interlocução oriundas do estigma acerca da incapacidade lingüística do surdo, o que certamente interfere em suas relações com o outro.

Os autores analisam a surdez ou deficiência auditiva como uma questão complexa, pois surdez não se refere, socialmente, aos níveis de perda auditiva, e a própria análise da perda auditiva traz algumas implicações. Porém, se a definição de surdez dependesse apenas do quadro audiológico, talvez esse aspecto pudesse ser mais facilmente solucionado.

Em vista disso, considera-se o termo “surdo” o mais adequado, a partir de uma imagem que configura o sujeito em virtude de sua diferença lingüística, sendo que a sua língua poderá ser diferente da dos demais sujeitos da sociedade.

Nesse sentido, conclui-se que as imagens atribuídas ao sujeito surdo pelo segmento de professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia têm como base suas concepções teóricas de formação profissional, as quais provavelmente são refletidas na família, uma vez que os resultados denotam atribuições de imagens distintas para esse segmento.

4.2 Categoria Comunicação

Os resultados da categoria comunicação estão distribuídos em figuras ordenadas de 5 a 13, através das quais reconhecem-se as formas e influências da comunicação de acordo com os segmentos estudados. O objetivo é analisar as mediações destes com o sujeito surdo.

A figura 5 apresenta mais uma vez a influência das concepções teóricas na formação profissional dos professores e das estagiárias de fonoaudiologia. Em virtude disso, os resultados dos professores ouvintes revelam que, em suas mediações com os surdos, fazem uso, em 60% das situações, da Libras aliada à fala como meio de comunicação, e em apenas 20% de um modelo ou de outro separadamente.

Em consonância com os dados obtidos, Fernandes (2003) afirma que a língua de sinais, em relação ao uso e à relevância para

o surdo, é uma importante ferramenta de comunicação, interação e desenvolvimento dos processos cognitivos.

É importante salientar que 80% dos sujeitos desse estudo freqüentam escola especial de proposta bilíngüe, que contempla o uso da Libras. Nesse sentido, a baixa porcentagem do uso da língua de sinais verificada por esse estudo deve-se ao fato de que os professores ouvintes, ainda não estão plenamente capacitados a se comunicarem através dela, que não é sua língua natural. Os professores ouvintes não deixam de usá-la, porém a apropriação de uma outra língua demanda um certo tempo. Assim, possivelmente a proporção representada pelos professores ouvintes pode ser atribuída ao fato de não estarem preparados para utilizar unicamente a Libras como língua mediadora dos sujeitos surdos.

Essa idéia é contemplada pelos estudos de Ciccone (1996), Quadros (1997) e Goldfeld (2002), que atentam para a necessidade de um período de tempo para o ouvinte aprender a língua de sinais, pois toda língua traz consigo uma questão de percepção e cultura.

Quanto ao segmento constituído pelas estagiárias de fonoaudiologia, constatou-se que as mesmas utilizam outros tipos de comunicação junto a terapia fonoaudiológica, ou seja, 60% utiliza a fala, 40% utiliza gestos e ainda, outros tipos de comunicação como escrita em suas mediações com o surdo.

A análise dos resultados desse segmento deixar entrever que, mesmo diante de uma proposta de intervenção terapêutica auditiva verbal (oral), o uso da Libras aliado à fala é também uma modalidade de comunicação empregada nas mediações com o sujeito surdo, configurando um percentual de 20%.

Pode-se também observar que as estagiárias de fonoaudiologia demonstraram empregar, além da fala, uma

variedade maior de modalidades de comunicação com o surdo quando comparadas aos professores ouvintes e aos familiares.

Os resultados correspondem às idéias das autoras Moura; Lodi; Harrison (1997), as quais relatam que quando o trabalho do fonoaudiólogo é voltado a surdos expostos ao uso de Sinais, deve-se pressupor a aceitação dos Sinais como forma comunicativa válida e como componente importante para o desenvolvimento da oralidade quando esta é possível. Nesse sentido, os profissionais podem trabalhar com o surdo a partir de uma linha de Sinais em função da qual a terapia fonoaudiológica seja situada.

A análise dos resultados relativos ao segmento familiar explicitou uma porcentagem significativa (80%) do uso da Libras junto à fala e apenas 20% da fala unicamente. Esse dado é importante, pois mais uma vez a Libras está presente como forma comunicativa, no intuito de promover a mediação do surdo.

Conforme evidenciado no segmento escolar, os familiares ouvintes também possuem dificuldades de aprender a Libras. Em função disso, ela é utilizada juntamente com a fala para propiciar meios comunicativos que viabilizem uma linguagem compreensiva e expressiva para os surdos, num processo de mediação. Esse fato significa provavelmente que as famílias estão procurando ir ao encontro dos filhos e de sua língua natural.

De acordo com essa análise, Andrezza (2001) ressalta que o papel da família é fundamental quando ela acredita nas capacidades da criança, nas suas possibilidades futuras, aposta em suas habilidades, não a segrega pela sua diferença e lhe possibilita vivenciar todas as experiências no mundo que a cerca.

Nesse contexto, o uso da língua de sinais e da fala pelos familiares pode ser entendido como um avanço em direção à

aceitação do filho. Dessa forma, o segmento familiar executará mediações pertinentes ao surdo, de acordo com a diferença deste.

Assim sendo, concluiu-se que os três segmentos fazem, em suas mediações com o surdo, uso da Libras junto à fala. Isso foi percebido de maneira especialmente significativa no segmento familiar.

Na figura 6, apresentam-se os resultados que denotam o uso regular da Libras pelos sujeitos surdos nas mediações estabelecidas.

Desse modo, também é possível constatar que o sujeito surdo faz uso em percentuais iguais (60%) da Libras como meio de comunicação para suas mediações com os segmentos de professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia.

Esse dado foi considerado de relevância para esse estudo por demonstrar que as diferenças de concepções teóricas na formação profissional dos dois segmentos não são fatores determinantes, embora possivelmente interferentes no desenvolvimento da Libras.

É possível verificar ainda que o percentual obtido dos segmentos professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia denota a tendência do surdo em usar a Libras quando em contato com seus iguais e em condições ambientais favoráveis para esse tipo de comunicação. No entanto, no contexto familiar os valores percentuais de uso da Libras foram baixos (40%), sugerindo uma influência de fatores de ordem psico-emocional e/ou ambiental em relação ao uso dessa língua, inibindo-se assim o seu uso.

As porcentagens em relação ao uso da Libras pelos surdos contemplam a visão sócio-antropológica da surdez que considera o surdo e sua língua natural, a Libras, como “diferentes”. Isso é fundamentado por Skliar (1998), Wrigley (1996), Moura, Lodi e Harrison (1997), Perlin (1998), Goldfeld (2002), Beltrame (1995),

Machado (2002), Fernandes (2003), Quadros (1997), Danesi (2001), Andrezza (2001), Sacks (1998), Sá (1999) e demais autores que adotam a visão sócio-antropológica da surdez.

Pode-se complementar essa idéia com os estudos de Danesi (2001), segundo os quais a maioria dos surdos está segura de que a Língua de Sinais é sua língua natural, que lhes permite a expressão completa de emoções e sentimentos, traduzindo melhor a sua lógica e o seu raciocínio. Em função disso, é possível concluir que os sujeitos surdos, em suas mediações com os segmentos pesquisados, fazem uso da Libras como meio preponderante de comunicação.

A figura 7 expõe os resultados em proporções equivalentes (60%) entre cada segmento acerca da Libras associada à fala como forma ideal de comunicação para os surdos. Os professores ouvintes e as estagiárias de fonoaudiologia, em proporções iguais (20%), demonstraram suas preferências pelo uso apenas da Libras, enquanto os outros segmentos (20%) enfatizaram o uso da fala. No entanto, uma proporção maior do segmento familiar (40%) considerou apenas a fala como forma de comunicação ideal para o sujeito surdo.

Quando os segmentos pesquisados apontam o uso da fala junto à Libras como forma de comunicação ideal para o sujeito surdo, isso sugere o fato de esses segmentos serem constituídos de sujeitos ouvintes, cuja forma de comunicação é, portanto, a oral (fala). Logo, a fala é a forma que os sujeitos conceituam como capaz de tornar a comunicação mais eficaz. Ainda em função desse dado acredita-se que os sujeitos, apesar de comprometidos com a educação e intervenção terapêutica do surdo, podem não ter o domínio da Libras para realizar uma mediação mais significativa com o surdo, ou podem estar envolvidos no processo de adaptações em

níveis institucionais, na busca das condições ideais para uma proposta bilíngüe compatível com as necessidades do surdo.

Sabe-se que as necessidades do surdo, nos contextos sócio-político e educacional, ainda estão muito longe de serem preenchidas, embora a história da educação do surdo já tenha passado por mudanças importantes, ainda que insuficientes. Nesse contexto, os aspectos ressaltados são de grande relevância, pois permitem inferir que os segmentos analisados estejam de fato idealizando uma melhor maneira de estabelecer suas mediações com o surdo.

Acredita-se que possivelmente o denominador comum suscitado por esses índices seja o fato de os respectivos segmentos terem conhecimento acerca da importância da Libras para os surdos.

Nesse sentido, privilegia-se a Libras como língua natural e de fácil aquisição pelo sujeito surdo. Os ouvintes que o mediam demonstram, por sua vez, saberes sobre a Língua de Sinais que interferem nos dados obtidos, os quais contemplam a idéia de autores que afirmam ser a Libras uma língua propulsora do desenvolvimento do surdo. Essa idéia é corroborada na literatura por autores como Skliar (1998), Wrigley (1996), Moura, Lodi e Harrison (1997), Goldfeld (2002), Beltrame (1995), Machado (2002), Fernandes (2003), Quadros (1997), Danesi (2001), Sacks (1998) e Sá (1999).

Uma vez que a Libras é uma língua gestual-visual que possui, como qualquer língua, a função de transmitir sentimentos, expectativas e pensamentos, são imprescindíveis a evolução e a socialização do sujeito surdo que a utiliza, aspectos considerados primordiais para as mediações que permeiam a construção desse sujeito.

Todavia, quando uma parcela do segmento familiar (40%) aponta a fala como forma de comunicação com o surdo, isso pode ser caracterizado como decorrente da busca por uma identificação com o filho ou pelas orientações recebidas. Sabe-se que a família, diante do diagnóstico da surdez, vivencia conflitos de ordem psico-emocional com manifestações importantes, como o sentimento de choque, negação, culpa e até mesmo raiva.

Dessa forma, o tipo de comunicação considerada a melhor pelo segmento familiar para o surdo evidencia uma possível busca por um respaldo que diminua a distância entre o filho surdo e a família. Com esse intuito, a linguagem seria um meio cujo caráter idealizado se apresenta comumente nesse contexto e que pode estabelecer mediações mais eficazes e trocas sociais recíprocas entre a família e o surdo.

Essa análise remete-se a autores como Boothroyd (1982) e Shapiro (1994) (apud FRANÇOZO, 2003), que analisam os sentimentos que a família manifesta em virtude da descoberta da perda auditiva de seu filho. Esses sentimentos implicam em diferentes atitudes por parte dos familiares, os quais podem não reconhecer a deficiência auditiva, conseqüentemente não suprindo as necessidades do filho, o que repercute de forma negativa sobre o desenvolvimento integral da criança.

Os dados obtidos por esse estudo divergem das colocações de Ciccone (1996), a qual salienta que a comunicação eleita pela maioria dos pais é a linguagem oral (fala). A autora expõe ainda que alguns pais demonstram inclusive certa imposição para a linguagem oral (fala) ser a utilizada nas interações com o filho.

Portanto, conclui-se que os três segmentos, em suas mediações com o sujeito surdo, caracterizam a comunicação bilíngüe (fala e Libras) como a ideal.

Na figura 8, ao considerar-se a necessidade do uso de outro tipo de comunicação com o sujeito surdo, levou-se em conta na análise dos dados o fato de os segmentos escolar e terapêutico serem constituídos por profissionais cuja formação e/ou atuação promove ao surdo mediações permeadas por suas propostas de trabalho, que são a bilíngüe e a auditivo-verbal. Quanto ao segmento familiar, por ser constituído de sujeitos ouvintes, as mediações com os demais membros da família são estabelecidas através de sua língua própria, ou seja, através da fala.

Assim sendo, constata-se que o segmento familiar, em porcentagem mais elevada (60%) que os outros segmentos, considera desnecessário outro tipo de comunicação para com seu filho, enquanto que 40% dos demais segmentos ressaltaram a necessidade de utilização de outro meio comunicativo junto ao sujeito surdo. O segmento de professores ouvintes manifestou suas necessidades quanto ao uso de outro tipo de comunicação com o surdo.

O resultado apresentado pelo segmento familiar deriva da relação com o tipo de comunicação que esse segmento emprega de forma natural e espontânea com o filho surdo. Assim sendo, esse aspecto possivelmente seja originário da satisfação dos pais com o tipo de comunicação que utilizam com o surdo.

De acordo com essa análise, Ciccone (1996) complementa que a melhor forma de linguagem é aquela estipulada pelos próprios pais, isto é, a que eles conseguem aprender e da qual puderem fazer uso de maneira rápida e fácil, sendo, portanto aquela que os faz sentir mais confortáveis ao se comunicarem com seus filhos.

O segmento escolar, constituído em 80% de professores que atuam em escola especial com proposta bilíngüe, que utiliza a Libras, evidencia, em um valor significativo (60%), a necessidade de

empregar outro tipo de comunicação com o sujeito surdo. Esse resultado pode ser atribuído possivelmente à busca de uma comunicação que contemple o surdo em diferentes contextos sociais, pois a Libras como forma única de comunicação provavelmente irá restringir o aluno pelo fato de poucas pessoas a conhecerem e dela fazerem uso. Logo, os professores ouvintes estão conscientes de que, embora utilizem a Libras para mediar o sujeito surdo, essa língua ainda não é mediada pelos demais segmentos da sociedade.

Quanto aos 40% dos professores ouvintes que consideram desnecessário outro tipo de comunicação com os surdos, acredita-se que provavelmente entendam a Libras como ferramenta potencializadora do sujeito surdo, o que está em conformidade com os postulados de Skliar (1998), Wrigley (1996), Moura, Lodi e Harrison (1997), Goldfeld (2002), Beltrame (1995), Machado (2002), Fernandes (2003), Quadros (1997), Danesi (2001), Sacks (1998) e Sá (1999).

O segmento das estagiárias de fonoaudiologia compreende o maior índice em relação aos demais segmentos (80%) no tocante à necessidade do uso de outro tipo de comunicação com o sujeito surdo, o que apenas 20% delas consideraram desnecessário. Essa porcentagem provavelmente reflita as proposta com que esses sujeitos estão comprometidos, diante do seu papel como mediador em uma intervenção terapêutica com ênfase auditivo-verbal (oral). Atribui-se a tal dado grande relevância para esse estudo, uma vez que possivelmente os profissionais da fonoaudiologia estejam vivenciando as necessidades do surdo em relação ao uso de sua língua natural – a Libras. Dessa forma, esses profissionais, comprometidos com o contexto comunicativo do sujeito surdo, denotam a preocupação em ampliar seu papel para melhor equipar o

surdo diante de suas necessidades comunicativas, conseqüentemente favorecendo as mediações.

Essa análise está em consonância com o enfoque de Moura; Lodi; Harrison (1997), as quais ressaltam que os profissionais da saúde, ao realizarem intervenções com surdos que utilizam a língua de sinais e que estão inseridos em contextos onde se faz uso dessa língua, devem usufruí-la como mais uma forma de comunicação relevante à terapia fonoaudiológica.

A figura 9 mostra o posicionamento dos segmentos pesquisados ao considerarem a comunicação do sujeito surdo em função do contato com a comunidade surda e/ou ouvinte. Evidenciou-se que a maioria acredita ser importante para a comunicação do sujeito surdo o contato com ambas as comunidades. Verificou-se que tanto professores ouvintes como familiares apresentaram respostas semelhantes sobre essa questão, ou seja, 60% dos sujeitos consideraram importante para a comunicação do surdo o seu contato com a comunidade surda e/ou ouvinte. Constatou-se ainda que 20% dos segmentos classificaram como importante o contato do sujeito surdo apenas com ouvintes e 20%, apenas com surdos.

O segmento terapêutico, em uma porcentagem de 80%, considera importante para a comunicação do sujeito surdo o seu contato com a comunidade surda e/ou ouvinte. Apenas 20% dos sujeitos desse segmento consideraram importante o contato do surdo com seus iguais.

O porcentual elevado que considera importante para a comunicação do sujeito surdo seu contato com a comunidade surda e/ou ouvinte deriva-se possivelmente do fato de esses segmentos entenderem que, a partir da linguagem estabelecida em diferentes meios sociais com relações variadas entre surdo e ouvinte, o surdo

poderá superar barreiras em sua comunicação. Acredita-se ainda que dessa forma a comunicação seja uma ferramenta propulsora para que se ocorram as mediações com conotações culturais amplas para que o sujeito surdo se construa.

Essa análise contempla os estudos de Vygotsky (1993, 1998b), o qual apresenta o sujeito como um ser sócio-histórico que se constrói a partir de interações constantes no contexto do qual faz parte. Esse sujeito, conforme tal perspectiva de construção, necessita de um instrumento que possibilite o seu contato no meio social e promova as suas relações pessoais com o objetivo de conectá-lo a um grupo existente. Dessa forma, a linguagem exercita uma de suas funções, a de mediar a inserção no mundo para que se estabeleça a própria construção do sujeito.

Em função dos dados obtidos, é possível concluir que a maioria dos entrevistados acredita ser importante para a comunicação do sujeito surdo o contato com ambas as comunidades (surda e/ou ouvinte).

Na figura 10, os resultados demonstram a porcentagem totalitária (100%) dos três segmentos pesquisados que consideram a comunicação em Libras não favorável à inserção do sujeito surdo na sociedade. Esse resultado pode ser atribuído à possibilidade de a sociedade não estar equipada de informações, recursos e meios adequados para abranger em seu contexto sócio-cultural a cultura do surdo com sua língua natural. Nesse contexto, são necessárias medidas políticas e educacionais que privilegiem a transformação dessa realidade. Considera-se que ainda é preciso algum tempo para que a Língua de Sinais seja reconhecida como língua por pessoas que tenham ou não contato com surdos.

Essa idéia encontra respaldo nos estudos de Moura; Lodi; Harrison (1997), que classificam como muitas as dúvidas em relação

aos Sinais, sendo que o preconceito também está normalmente presente. Esse preconceito pode decorrer de diversos fatores: dificuldade de aceitação de uma forma de trabalho (Sinais) que explicita a condição de surdo da criança; não-representação do sujeito como diferente e dotado de necessidades específicas; manutenção da identidade pressuposta (ouvinte), perseguida a todo o custo.

Complementando essa análise, Sá (1999) e Goldfeld (2002) afirmam que um dos motivos da Língua de Sinais ser rejeitada pela sociedade é a crença de que o seu uso dificultaria o aprendizado da língua oral pelo surdo. Em virtude disso, conclui-se que para os três segmentos pesquisados a comunicação em Libras não é favorável como mediadora da inserção do surdo na sociedade.

A figura 11 apresenta os resultados apontados pelos segmentos de estagiárias de fonoaudiologia e familiares (em proporções de 80% e 60%, respectivamente) quanto à importância do acesso à escola especial na comunicação do sujeito surdo de forma concomitante à terapia fonoaudiológica. Os mesmos segmentos (em índices de 20% e 40%, respectivamente) entendem que esse acesso à escola especial de forma concomitante à terapia fonoaudiológica não é importante para o sujeito surdo, 40% professores ouvintes, por sua vez, manifestaram a idéia de que freqüentar a escola especial de maneira concomitante à terapia fonoaudiológica é importante para o surdo.

Constata-se assim que os segmentos de estagiárias de fonoaudiologia e familiares estão atentos às possibilidades de mediações diversificadas e especializadas do sujeito surdo, de maneira significativa e contrária ao segmento de professores ouvintes.

A escola especial e a terapia fonoaudiológica configuram os meios que possibilitam ao surdo ser exposto a duas formas distintas de comunicação, pois na escola especial pressupõe-se o contato com a Libras e no âmbito terapêutico, o estímulo à fala. Assim, a escola especial e a terapia fonoaudiológica realizam mediações norteadas por um objetivo comum: proporcionar uma comunicação mais abrangente e eficaz ao sujeito surdo, equipando-o no seu desenvolvimento social, emocional, psicológico e cognitivo. Essa reflexão conta com o respaldo teórico de Quadros (1997), que relaciona a escolaridade do surdo à escola especial, pois é nela que o surdo terá seu aprendizado mediado pela língua de sinais e os conteúdos disciplinares providos também pela Libras.

No intuito de complementar essa análise, torna-se relevante salientar a contribuição de Ross (1999), o qual destaca que as crianças com perda auditiva devem efetuar suas escolaridades em escola especial. O autor enfatiza também que a opção escolar deve levar em conta os resultados do processo avaliativo periódico, o desejo dos pais e a vontade do próprio sujeito.

Esse autor salienta ainda que os escolares com perda auditiva podem apresentar um prognóstico positivo ao participarem de serviços especializados, se puderem contar com instrumentos e suporte terapêutico apropriados as suas necessidades que contemplem também o aspecto psicossocial.

Conclui-se, portanto, que os segmentos de estagiárias de fonoaudiologia e familiares denotaram mediações mais abrangentes e específicas à comunicação do sujeito surdo que o segmento de professores ouvintes, considerando a escola especial concomitante a terapia fonoaudiológica.

Na figura 12, os resultados apontam de maneira expressiva que 100% dos familiares não consideram a comunicação em Libras o

meio adequado à comunicação de seu filho. A partir desse dado, pode-se inferir que possivelmente os familiares associem a comunicação em Libras à concretização da surdez do filho. Nesse sentido, uso da Libras representa a ruptura vivenciada pelos pais em relação ao anseio por um filho igual a eles. Isso pode ser atribuído ao fato de a família não se sentir preparada para mostrar a diferença de seu filho, uma vez que essa diferença torna-se evidente através do uso da Libras. Tal atitude também está presente diante da indicação da prótese auditiva.

Assim, a situação descrita representa para os pais uma exposição de seu filho e de si mesmos, o que pode implicar em sentimentos confusos que conduzam à rejeição ou à rotulação do surdo pela sociedade ouvinte, pois possivelmente a família ainda não saiba como mediar a diferença de seu filho. Essa análise complementa-se pelos estudos de autores como Andrezza (2001), Danesi (2001), Jamieson (1999), Boothroyd (1982), Balieiro; Ficker (1997), Hodgson (1999) e Françoze (2003).

Analisando-se as respostas apresentadas pelos segmentos de professores ouvintes e estagiárias de fonoaudiologia, constatou-se que os sujeitos de ambos os grupos (80% e 20%, respectivamente) demonstraram seus resultados de maneira oposta aos dos familiares, ou seja, consideraram a comunicação em Libras como o meio adequado para o surdo.

Quanto ao percentual elevado do segmento de professores ouvintes que não consideraram a Libras o meio adequado à comunicação do surdo, pode-se inferir que esse dado remete ao pouco conhecimento acerca da Libras, pela sociedade em geral, como mais uma língua que pode estabelecer mediações, trocas sociais e o próprio desenvolvimento dos sujeitos pertencente a um grupo cultural.

Essa idéia vai ao encontro dos estudos de Wrigley (1996), Skliar (1998), Sá (1999), Danesi (2001), Moura; Lodi; Harrison (1997), Goldfeld (2002) e Machado (2002), os quais apontam que a língua de sinais possui uma carga histórica de desprestígio por parte de muitos sujeitos que a conceituam e traduzem como simples gestos e mímicas, não vislumbrando sua estrutura enquanto língua que se formou a partir da necessidade e da ideologia de uma comunidade de surdos.

No entanto, ressalta-se que 80% das estagiárias de fonoaudiologia consideram a comunicação pela Libras o meio de comunicação adequado ao surdo. Assim sendo, mais uma vez se pode concluir que os sujeitos desse segmento estão cada vez mais comprometidos com as necessidades comunicativas do surdo, o que os leva a priorizar a Libras como a primeira língua.

Os estudos das autoras McKirdy; Klimovitch (1999) contemplam essa linha de interpretação ao enfatizarem a importância do papel dos profissionais e da família no processo educacional e terapêutico, considerando que, a partir do impacto da perda auditiva sobre a aquisição e o desenvolvimento da linguagem, deve-se estimular a criança que apresentar dificuldades de aprendizagem diante da intervenção auditivo-verbal a utilizar a língua de sinais.

Portanto, o segmento de estagiárias de fonoaudiologia revelou-se distinto dos demais segmentos ao considerar a Libras o meio de comunicação mais adequado ao sujeito surdo.

A figura 13 evidencia que os três segmentos entendem como necessário, em índice de 100%, o aprendizado da Língua Portuguesa considerando que o sujeito surdo faz uso da Libras. Acredita-se os envolvidos atribuíram tamanha importância ao aprendizado da língua portuguesa por considerá-la uma ferramenta

que permite as mediações do surdo com os demais sujeitos em contextos sociais distintos.

Além disso, a língua portuguesa possibilita a troca cultural, promovendo um amplo campo de novos conhecimentos e favorecendo a construção de um sujeito consciente e participativo. Acredita-se que o aprendizado dessa língua é importante para as mediações dos ouvintes com o surdo no intuito de facilitar a inserção deste na sociedade e como subsídio necessário à sua formação cognitiva e psico-emocional.

Essa colocação vai ao encontro dos estudos de Vygotsky (1993,1998), os quais abordam a linguagem⁶ humana que se estabelece do social para o individual. Ambas possuem o mesmo peso, atuam em estreita relação e apresentam uma interdependência no processo de desenvolvimento do pensamento.

A linguagem tem papel primordial na formação do pensamento e repercute nas funções mentais superiores, promovendo transformações na memória, na atenção e no raciocínio. Devido à interação social e à mediação ocorre uma apropriação da linguagem, por meio de instrumentos que possibilitam ao sujeito entender e reconhecer o mundo e a si próprio.

Assim, conclui-se que os três distintos segmentos salientam a importância da Língua Portuguesa como outra ferramenta mediadora do surdo que faz uso da Libras como meio de comunicação.

⁶ Linguagem, segundo a conceituação de Vygotsky (1998), poderá ser interpretada também como língua.

4.3 Categoria Interação

As figuras 14 a 19 apresentam os resultados da categoria interação, considerando-se o tipo de escola e as diferentes situações de interações sócio-culturais do sujeito surdo, mediadas pelos três segmentos já referidos.

A figura 14 apresenta os resultados que denotam as preferências dos segmentos pesquisados em relação ao tipo de escola considerada importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo. Assim sendo, 80% dos três segmentos manifestaram a importância da escola especial no processo de interação sócio-cultural do sujeito surdo. No entanto, 20% do segmento estagiárias e familiares consideraram essencial a escola regular, assim como 20% dos professores ouvintes apontaram a escola regular e/ou especial (indiferente) como importantes à interação sócio-cultural do surdo.

Os três segmentos (professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares) atribuem valores significativos à escola especial no intuito de priorizar mediações mais eficazes ao sujeito surdo, por considerarem esse tipo de escola a que contempla um meio ambiente enriquecedor às trocas sociais e culturais que irão ocorrer através da língua considerada a natural do surdo, ou seja, a língua de sinais.

As mediações na escola especial, por meio da língua de sinais, possibilitarão ao surdo interagir num contexto que respeita sua diferença lingüística e cultural, bem como viabilizarão a construção de sua identidade por meio da interação e identificação com seus iguais.

A escola especial que possui a abordagem bilíngüe em suas propostas educacionais possivelmente estará possibilitando uma

interação mais condizente e eficaz às pessoas surdas. Essa análise vai ao encontro das concepções de Fernandes (2003), Quadros (1997), Sá (1999), Skliar (1998) e Moura; Lodi; Harrison (1997).

Nesse contexto, a análise delineada encontra respaldo nos estudos de Moura; Lodi; Harrison (1997) que, ao analisarem as vantagens e desvantagens da educação do surdo, destacam a escola bilíngüe como a ideal ao sujeito surdo. Salientam que o primeiro passo para a construção dessa escola ideal é a participação da família, a qual deve pensar a criança como um sujeito lingüístico e, assim, plenamente humano. Isso é o que se acredita que tenha ocorrido com o segmento familiar, que apresentou em índice elevado (80%) a opção pela escola especial.

Essa idéia é complementada por Quadros (1997, p. 27-28), que considera que “(...) uma proposta educacional, além de ser bilíngüe, deve ser bicultural para permitir o acesso rápido e natural da criança surda à comunidade ouvinte e para fazer com que ela se reconheça parte de uma comunidade”. Em conformidade com a concepção dessa autora, estão ainda Goldfeld (2002), Sá (1999) e Skliar (1998).

Ainda como respaldo a essa análise, o estudo de Perlin (1998) enfoca que as identidades surdas serão conceituadas a partir da diferença do sujeito cultural, pois para a formação dessas identidades tem-se como base a identidade cultural.

Conforme Perlin (1998, p. 21),

Os surdos possuem identidade surda. Porém se apresenta de formas diferenciadas, pois está vinculada à linguagem. A linguagem não é um referente fixo, pois é construída a cada interpelação feita entre sujeitos. Seus sentidos variam de acordo com o tempo, os grupos culturais, o espaço geográfico, o momento histórico, os sujeitos, etc.

Os segmentos estudados, ao apresentarem equivalência quanto à opção escolar do sujeito surdo (escola especial), demonstram que as mediações devem ocorrer em um contexto especializado que privilegie a língua de sinais, o que tende a beneficiar o surdo enquanto ser sócio-cultural diferente em suas interações.

Conclui-se então que os segmentos de professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares concordam que as mediações do sujeito surdo devem se estabelecer num contexto escolar especial em prol de sua interação sócio-cultural.

A figura 15 apresenta um dado significativo: os três segmentos estudados consideram importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo a sua interação com os demais sujeitos surdos. Em 100% das estagiárias de fonoaudiologia investigadas e em 80% dos professores e familiares isso foi constatado. No entanto, 20% dos professores ouvintes e dos familiares denotaram que o contato surdo-surdo não é importante para a interação sócio-cultural desse sujeito.

Os segmentos de estagiárias e familiares, ao atribuírem importância ao contato surdo-surdo para a interação sócio-cultural, deixam transparecer que, apesar de priorizarem a comunicação oral do sujeito surdo (a estagiária, devido ao seu comprometimento terapêutico; a família, pela influência dos aspectos ambientais e psico-emocionais relacionados à surdez), os segmentos reconhecem a importância do contato desse sujeito com os demais surdos.

Assim, atribuiu-se às respostas das estagiárias de fonoaudiologia a influência de suas experiências acadêmicas junto aos surdos que participam da intervenção terapêutica, os quais têm a Libras como forma comunicativa. A língua de sinais, por ser considerada natural ao surdo, terá o papel de promover-lhes

interações; logo, é um instrumento mediador utilizado pelo surdo nas trocas sociais.

Sabe-se que as mediações executadas por esse tipo de interação induzem o sujeito a construir-se como surdo e a atuar de forma participativa numa comunidade surda. A interação dos surdos forma um elo identificador constituído pela língua de sinais. Tal elo permite que os surdos estruturem-se por mediações com seus pares, objetivando um maior acesso à sua língua (Libras), mediadora de suas experiências e da interação.

Essa análise é corroborada pelo referencial teórico de Skliar (1998, p. 27), segundo o qual a "língua natural deve ser entendida como uma língua que foi criada e é utilizada por uma comunidade específica de usuários, que muda, tanto estruturalmente como funcionalmente, com o passar do tempo".

Evidencia-se também uma porcentagem significativa de 80% para o segmento de familiares que consideram importante o contato entre os surdos para a interação sócio-cultural de seu filho. Em conformidade com esse dado está o estudo de Danesi (2001), que aponta a divisão dos pais em dois grupos distintos, conforme já mencionado; nesse momento, cabe salientar que os dados contemplam o grupo familiar que aceita a surdez de seu filho, entende a necessidade de convívio com os outros surdos e aponta o uso da Língua de Sinais como aspecto fundamental no desenvolvimento eficaz da criança. Portanto, esses familiares apresentam atitudes positivas com seu filho, demonstrando sentimentos profundos de orgulho quanto à capacidade da criança.

Convém ressaltar, em relação ao segmento dos familiares, o fato de que possivelmente enfrentaram um longo período de sentimentos confusos até a aceitação da surdez de seu filho. Porém, não se pode deixar de evidenciar que as fases por que a família

passa possibilitam-lhe refletir sobre concepções e atitudes referentes às mediações.

Uma vez que os familiares desejam que seus filhos sejam sua imagem, e que devido à perda auditiva há uma “quebra” dessa expectativa que contribui para uma possível não aceitação do filho, justifica-se a necessidade sentida pela família de que seu filho faça uso da fala.

Em virtude disso, é relevante relacionar-se esse dado com a literatura consultada, através dos autores que apresentam os sentimentos que a família manifesta desde a descoberta da surdez do filho até a aceitação. De acordo com esse enfoque, Boothroyd (1982) e França (2003) relatam que os pais, com a descoberta da surdez de seu filho, sentem emoções tão fortes que chegam a equivaler-se à perda representada pela morte, vivenciando um período de luto até a aceitação da surdez. No entanto, assim como o sentimento de aceitação leva um longo tempo, também há pais que não conseguem admitir a surdez de seu filho.

Com base nas análises de Buscaglia (1997), os resultados desse estudo foram confrontados quanto à importância do papel da família no conhecimento da diferença de seu filho para que as interações sejam mediadas no intuito de torná-lo um sujeito mais confiante.

O segmento de professores ouvintes também considerou importante para a interação sócio-cultural do surdo o seu contato com outros sujeitos surdos. Acredita-se que, por fazerem parte de uma escola especial para surdos, possivelmente a interação decorre de uma inserção social do sujeito, pois o surdo estará atuando com seus iguais e assim receberá mediações significativas permeadas pela sua própria comunidade.

Em relação ao contato entre pares surdos, pode-se relatar, de acordo com Perlin (1998), Wrigley (1996), Machado (2002), Sacks (1998) e Skliar (1998), que as interações sócio-culturais entre os surdos ocorrem com a participação destes em comunidades surdas, as quais são formadas pelos interesses comuns de seus integrantes e possuem como propósito a perpetuação da sua língua (a língua de sinais), da sua cultura e da sua arte, instituindo um espaço interativo mediado por seus próprios membros no intuito de beneficiar todos os seus integrantes.

Portanto, os segmentos estudados (professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares), ao considerarem importante para a interação sócio-cultural do sujeito surdo o contato com demais sujeitos surdos, estão apostando nas mediações que permeiam essas trocas sociais.

A figura 16 mostra que os três segmentos não consideraram o aprendizado da Libras favorável a interação sócio-cultural do surdo.

Ao analisar-se as respostas dos professores ouvintes e das estagiárias de fonoaudiologia, percebeu-se que apenas 20% dos sujeitos desses segmentos atribuíram importância ao aprendizado da Libras para a interação sócio-cultural do surdo. Porém, uma porcentagem mais expressiva dos familiares (40%), em relação aos demais segmentos, mostrou-se também favorável.

Esses resultados revelam que, embora a Libras seja considerada a língua natural do surdo, ainda não pode mediar de forma abrangente as interações sócio-culturais desse sujeito, pois a sociedade não está preparada para interagir com o surdo por vários motivos, dentre estes: a não-aceitação do diferente; o não-conhecimento sobre a língua de sinais enquanto língua; o medo e o receio de não conseguir interagir com esse sujeito (pois se acredita

que o surdo, devido a sua perda auditiva, não fale e que, portanto, não exista outro recurso comunicativo para mediar uma interação).

Assim, os demais sujeitos constituintes da sociedade não estão sendo informados sobre a Libras como língua, ou as informações que porventura estejam recebendo possivelmente sejam insuficientes. Além disso, poucas são as pessoas que tiveram a oportunidade e/ou o desejo de aprender a utilizar a Libras como forma comunicativa para mediar as interações sócio-culturais com o sujeito surdo. Nesse contexto, é necessário entender a Libras como mais uma língua da qual pode-se fazer uso para transmitir o pensamento, as ações e as emoções.

Essa análise está em consonância com os estudos de Wrigley (1996), Skliar (1998), Sá (1999), Ciccone (1996), Danesi (2001), Moura; Lodi; Harrison (1997), Goldfeld (2002) e Machado (2002), os quais apontam que existe um descrédito em relação à língua natural do surdo (a língua de sinais), ou seja, em virtude da falta de informações, conhecimentos e esclarecimentos, atribui-se a ela um desprestígio, um preconceito enquanto língua, pois sua forma de expressão (gestual-visual) é entendida como uma mímica, uma pantomina.

Moura; Lodi; Harrison (1997) inferem que as imprecisões em relação à Língua de Sinais são muitas e o preconceito se faz regularmente presente.

As análises desses resultados têm o respaldo teórico de Goldfeld (2002), Sacks (1998) e Sá (1999), os quais afirmam que a imagem do surdo por parte da sociedade provém do desconhecimento da Língua de Sinais e da crença de que o uso desta pelos surdos dificultaria a aquisição da língua oral, pois se pressupõe que a língua oral seja o meio específico de inserção do surdo na sociedade.

Quanto aos familiares que consideram o aprendizado da Libras favorável à interação sócio-cultural do sujeito surdo (40%), esse dado pode ser relacionado à trajetória de vida destes com seu filho, a partir de uma busca por suportes pertinentes que permeiam as mediações com o surdo. Assim, os familiares consideram que a língua natural do surdo favorece o desenvolvimento de aspectos pertinentes a vida de seu filho, possibilitando-lhe interações sócio-culturais.

É interessante salientar, como mais um suporte teórico, o estudo de Buscaglia (1997), que aponta na cultura atual uma padronização do sujeito. Assim, qualquer aspecto distinto apresentado por um sujeito gera a estranheza ou a discriminação. Nesse contexto, cabe à família conhecer as dificuldades de seu filho para então propiciar mediações que supram suas necessidades, em um meio ambiente estimulador.

Portanto, os segmentos de professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares demonstraram-se não favoráveis à Libras como instrumento pertinente às mediações que permeiam as interações sócio-culturais do sujeito surdo.

Na figura 17, os três segmentos atribuem em proporções elevadas (100% e 80%) que a interação sócio-cultural do surdo associa-se à importância do uso simultâneo da Libras com outro tipo de comunicação.

No entanto, 20% dos professores ouvintes e dos familiares manifestaram que o uso da Libras de modo simultâneo a outro tipo de comunicação não favorece a interação sócio-cultural do surdo.

Uma vez que os segmentos estudados mostram-se favoráveis à utilização de outro tipo de comunicação simultânea à Libras, acredita-se que os mesmos, embora conscientes da importância, do

valor e da necessidade da Libras para o surdo, buscam, através do uso de outra língua como meio de comunicação, ferramentas para suas mediações que facilitem a interação sócio-cultural. Dessa forma, enfatiza-se o comprometimento dos sujeitos de cada segmento, nesse momento de profundas transformações na maneira de se entender a pessoa surda.

Os professores ouvintes, cuja função é o processo educacional do surdo, estão comprometidos com uma proposta de atuação bilíngüe que objetiva através da língua de sinais (como primeira língua) mediar seu desenvolvimento (social, emocional, cognitivo, psicológico). Assim, ao não terem o domínio da Libras para efetuar mediações com o surdo, esses profissionais possivelmente busquem outros meios comunicativos para mediar suas interações sócio-culturais.

Quanto ao segmento familiar, a necessidade de interação com o filho surdo e a incompetência no uso da Libras acarretam barreiras comunicativas às mediações. Nesse contexto, assim como ocorre com os demais sujeitos dos segmentos analisados, o anseio por um outro tipo de comunicação passa a ser o instrumento de compensação das dificuldades comunicativas e, conseqüentemente, das mediações entre ouvintes e surdos.

Os resultados obtidos por esse estudo estão em conformidade com a autora Ciccone (1996), que destaca a comunicação total (C.T) como uma postura educacional que tem como viés compreender o surdo principalmente como uma pessoa que, devido a sua diferença, apresenta necessidades e habilidades distintas das dos sujeitos da sociedade ouvinte. Essa postura pode ser considerada mais pertinente, pois abrange estratégias operacionais alternativas, gestos e oralizações. Convém salientar que o sujeito é formado pelo

processo cultural, o que torna a família necessária à construção da sua personalidade.

Conclui-se que os três segmentos demonstraram-se comprometidos com as mediações do sujeito surdo ao posicionarem-se favoráveis quanto ao uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras para a interação sócio-cultural do surdo. Os segmentos não priorizam uma ou outra alternativa de comunicação, e sim as formas comunicativas existentes que possam mediar a interação sócio-cultural do sujeito surdo.

Através da figura 18, constata-se que estagiárias de fonoaudiologia (60%), familiares (60%) e professores ouvintes (20%) consideraram como uma melhor interação para o surdo aquela que se estabelece tanto com seus pares quanto com sujeitos ouvintes. No entanto, 20% de professores ouvintes e de familiares responderam que o sujeito surdo interage melhor com os sujeitos ouvintes.

Os resultados, principalmente os do segmento das estagiárias e dos familiares, deixam transparecer as diferenças específicas de cada segmento em suas mediações com o sujeito surdo. A atuação das estagiárias reflete as influências teórico-práticas da formação profissional através da proposta auditivo-verbal, embora esse segmento tenha evidenciado nesse estudo seu comprometimento com o sujeito surdo frente as suas necessidades lingüísticas, sociais e culturais. A postura da família denota as conseqüências do impacto frente ao diagnóstico da surdez, mas também demonstra que esse segmento tem correspondido às necessidades de seu filho. Dessa forma, justifica-se o fato de esses segmentos considerarem indiferente à interação do surdo sua relação tanto com surdos quanto com ouvintes.

Os resultados mostram ainda que 60% dos professores ouvintes, 40% das estagiárias de fonoaudiologia e 20% dos familiares acreditam que a melhor interação do surdo se dá com os demais sujeitos surdos.

O resultado dos professores ouvintes remete-se possivelmente as suas concepções sócio-antropológicas de formação e atuação profissional, pois possuem conhecimento (e experiência numa escola bilíngüe) de que os surdos junto aos seus pares recebem mediações mais significativas e propulsoras de sua construção como sujeitos com identidade surda.

Assim, considera-se relevante que os três segmentos pesquisados (professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares) tenham apontado como melhor interação do sujeito surdo a que se dá com os demais surdos. Mesmo quando os segmentos de estagiárias e de familiares manifestaram em índice de 80% que a interação mais satisfatória do sujeito surdo ocorre com o surdo e/ou com o ouvinte, ainda está latente a idéia de que a melhor interação se dá com o outro sujeito surdo.

A língua de sinais assume um papel relevante na vida dos surdos que a compartilham com seus iguais, pois possibilita mediações que viabilizam a socialização através da convivência com os membros de um grupo dotado de uma diferença lingüística que implica numa identidade específica e numa cultura própria, transmitida pela Língua de Sinais na relação com seus pares. Em conformidade com esse aspecto encontram-se os autores Quadros (1997), Sá (1999), Fernandes (2003), Skliar (1998), Machado (2002), Moura; Lodi; Harrison (1997), Sá (1999), Danesi (2001), Perlin (1998) e Goldfeld (2002).

Os resultados apresentados pelos três segmentos na figura 19 evidenciam que 100% dos professores ouvintes, das estagiárias de

fonoaudiologia e dos familiares não acreditam na inserção do surdo na sociedade.

Esses resultados incitam reflexões acerca do preconceito existente nos sujeitos participantes da sociedade em relação aos que apresentam alguma diferença que esteja fora dos atributos estabelecidos pela mesma sociedade, uma vez que a diferença acarreta a segregação dos sujeitos e o surdo possivelmente esteja sendo um desses sujeitos.

Essa idéia ainda é muito forte na atual sociedade ouvinte, estando associada aos dados fornecidos em relação ao surdo pelos distintos segmentos que refletem o pensamento de uma porcentagem da sociedade que ainda não acredita na inserção desse sujeito.

Destaca-se que, em função de a sociedade ser constituída em sua maioria de ouvintes que não sabem como interagir com os surdos surgem obstáculos nas interações surdo-ouvintes.

O conhecimento sobre os aspectos relativos ao sujeito com perda auditiva não é na maioria das vezes fornecido pela sociedade, o que pressupõe a existência de aspectos negativos sobre o surdo e sua língua natural, a língua de sinais.

Acredita-se que a trajetória da comunidade surda tenha obtido avanços ao longo dos séculos, ainda que restritos devido às insuficientes mediações que ocorrem num âmbito social mais amplo.

Torna-se relevante relacionar os dados encontrados com o respaldo teórico de Buscaglia (1997), o qual afirma que a sociedade atribui sentimentos negativos ao sujeito que é diferente, pois, com sua cultura própria, determina padrões que quando não são atendidos causam estranheza e geram a discriminação do sujeito que não se enquadra no modelo estabelecido.

A idéia ainda contempla os estudos de Danesi (2001), que afirma não haver certamente uma verdade absoluta, porém encaminha algumas conclusões, sendo estas: a identidade não se apresenta sempre da mesma forma, existindo uma gama de identidades diretamente associadas com a trajetória de vida de cada sujeito surdo; em função de referências culturais concretas contra o preconceito e a representação pejorativa sobre a surdez, instaura-se a exigência ao direito a informações e ao conhecimento por meio da própria língua dos surdos; estes, quando perfeitamente inseridos e com uma construção de identidade surda, não se envergonham de serem não-ouvintes.

Enfim, pode-se concluir que os três segmentos pesquisados não acreditam na inserção do surdo na sociedade, resultado que denota a insuficiência de instrumentos dos contextos sócio-político e educacional para o reconhecimento da cultura surda como uma cultura própria, bem como não há uma aceitação da diferença por parte dos sujeitos inseridos na sociedade atual, sendo preciso uma reorganização interna de sentimentos e valores que ainda se faz presente nos mesmos.

5 CONCLUSÃO

Neste capítulo, apresentam-se os aspectos conclusivos referentes às mediações de professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares de surdos que freqüentam terapia fonoaudiológica concomitantemente à escola de ensino especial e regular.

Assim, para se atingir o objetivo proposto por essa pesquisa, considerou-se pertinente concluir que professores ouvintes, estagiárias de fonoaudiologia e familiares:

- Em suas mediações, no contexto da surdez, estão evidenciando a influência da perda auditiva no aproveitamento pedagógico do surdo, sua interação com os demais sujeitos e sua comunicação;
- em suas mediações, estão compreendendo de maneira distinta a imagem de sujeito surdo, à qual os professores ouvintes denotam maior ênfase do que os demais segmentos; no entanto, as imagens de sujeito diferente e normal são internalizadas apenas pelo segmento familiar;
- elegem a Libras como o meio de comunicação ideal para o sujeito surdo e, no entanto, fazem uso da fala junto à Libras como ferramenta de suas mediações em prol de um contato mais efetivo do surdo com as demais comunidades;
- destacam a importância da interação do sujeito surdo com os demais sujeitos do contexto social, ao qual estão inseridos através da Libras utilizada de forma concomitante à fala;

- não acreditam na inserção do sujeito surdo na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, S.P: Papyrus, 1995.

ANDREAZZA, C. O resgate dos antepassados familiares como recurso para desenvolver a linguagem no surdo. In: DANESI, M.C. (org.). **O admirável mundo surdo: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. p. 117-128.

BALIEIRO, C.R.; FICKER, L.B. Importância do diagnóstico precoce na deficiência auditiva. In: LOPES FILHO, O.C. (org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Rocca, 1997. p. 297-309; 311-325.

BELTRAME, T.S. **O processo interativo de jovens surdos: um estudo orientado pela ecologia do desenvolvimento humano**. Dissertação de Mestrado em Educação. Santa Maria: UFSM, 1995.

BOOTHROYD, A. Hearing impairments in young children. **N.J. Englewood Cliffs**, Prentice Hall, 1982. cap. 5.

BUSCAGLIA, L.F. **Os deficientes e seus pais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Era, 1997.

CICCONI, M. **Comunicação total: introdução estratégica à pessoa surda**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

DANESI, M.C. Navegando no mundo dos surdos. In: DANESI, M.C. (org.). **O admirável mundo surdo: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez**. Porto Alegre: PUCRS, 2001. p. 159-179.

FAZENDA, I. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNANDES, E. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 15-56.

FRANÇOZO, M.F. Família e surdez: algumas considerações aos profissionais que trabalham com famílias. SILVA, I.R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z.M. (org.). **Cidadania, surdez, linguagem: desafios e realidade**. São Paulo: Plexus, 2003. p. 77-88.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDFELD, M. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

HODGSON, W.R. Orientação audiológica. In: KATZ, J. **Tratado de audiologia clínica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1999. p. 416-471; 610-616.

JAMIESON, J.R. O impacto da deficiência auditiva. In: KATZ, J. **Tratado de audiologia clínica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1999. p. 590-609.

MACHADO, A.D. **As interações do sujeito com surdez severa e o processo de construção de identidade**. Santa Maria: UFSM - Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, 2002.

MCKIRDY, L.S.; KLIMOVITCH, M. Habilitação e educação de crianças com distúrbios da audição. In: KATZ, J. **Tratado de audiologia clínica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1999. p. 749-765.

MOURA, M.C.; LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P. História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O.C. (org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Rocca, 1997. p. 327-357; 359-400.

NORTHERN, J.L.; DOWNS, M.P. **Audição em crianças**. São Paulo: Manole, 1989.

PERLIN, G.T.T. **Histórias de vida surda: identidade em questão**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Ufrgs/Faced, 1998.

QUADROS, R.M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

ROSLYNG-JENSEN, A.M.A. Importância do diagnóstico precoce na deficiência auditiva. In: LOPES FILHO, O.C. (org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Rocca, 1997. p. 297-309.

ROSS, M. Reabilitação aural: uma visão geral. In: KATZ, J. **Tratado de audiologia clínica**. 4. ed. São Paulo: Manole, 1999. p. 581-589.

SÁ, N.R.L. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**. Niterói: Eduff, 1999.

SACKS, O. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SKLIAR, C.B. (org.) **A surdez:** um olhar sobre a diferença. Porto Alegre: Mediação, 1998.

VYGOTSKY, L.S. **Obras ecogidas.** Madrid: Visor, 1993.

_____. **Pensamento e linguagem.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998a.

_____. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998b.

WRIGLEY, O. **A política da surdez.** Gallaudet University Press 1996.

ANEXOS

Anexo A - Termo de consentimento livre e esclarecido fornecido a pais ou responsáveis pelos sujeitos participantes

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIA DA SAÚDE
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DISTÚRBIOS DA
COMUNICAÇÃO HUMANA

Mestranda e pesquisadora: ALINE DUBAL MACHADO
Orientadora: IVONE F. TONIOLO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, ALINE DUBAL MACHADO, Educadora Especial e acadêmica do Curso de Pós-Graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da Universidade Federal de Santa Maria, desejo por meio deste, informar-lhe, que estamos realizando um trabalho de pesquisa intitulado **FAMÍLIA, ESCOLA E INTERVENÇÃO FONOAUDIOLÓGICA: SUAS MEDIAÇÕES COM O SURDO**, realizada no Serviço de Atendimento Fonoaudiológico da UFSM, (Rua Mal. Floriano, Antigo Hospital Universitário, 7º andar) e nas escolas que os participantes freqüentam no município de Santa Maria.

Esta pesquisa objetiva identificar as mediações estabelecidas pela família, pelo professor ouvinte e pela estagiária de fonoaudiologia com o surdo que freqüenta escola, concomitante ao atendimento fonoaudiológico. Logo, pretende-se conhecer os surdos que estão inseridos nestes distintos segmentos e no convívio com sujeitos ouvintes, que fazem uso da fala e da cultura ouvinte, como também, reconhecer as intervenções realizadas pelos ouvintes que estão implicando na construção deste surdo e na sua interação num contexto sócio-cultural que em sua abrangência é mediado pelo ouvinte.

Assim, necessita-se conhecer a realidade vivenciada por estes surdos, e como são percebidos e orientados por seus familiares, em relação à descoberta e à aceitação ou a resistência quanto à surdez, quanto ao uso de uma ou outra linguagem, quanto aos diferentes tipos de interação social e cultural que este sujeito está inserido, o porque de uma ou outra opção escolar (escola especial/escola regular), suas expectativas, angústias, interesses e profissões que foram encaminhados e ainda frequentam.

Por esta razão, solicitamos a sua cooperação para este estudo.

Informamos que a participação de seu filho (a) neste estudo é livre. Caso queira participar, fique ciente que esta pesquisa consta de uma entrevista respondida pelo professor ouvinte, pela fonoaudióloga e por um responsável, onde constará perguntas sobre a história de vida deste sujeito, sua cultura surda/ouvinte e o desenvolvimento de sua linguagem, como também sobre suas interações sociais.

Deixamos claro o total sigilo e privacidade das informações que nos forem proporcionadas, e que este estudo trará não somente benefícios para seu filho (a), mas toda uma comunidade surda/ouvinte.

Por fim, _____, ciente do que me foi exposto concordo com os procedimentos que serão realizados, autorizo meu (minha) filho (a) _____ a participar deste trabalho, bem como autorizo que sejam feitas filmagens, fotografias, ou coleta de outros materiais para fins de publicação e apresentação da pesquisa em congressos da área.

Santa Maria, ____ de _____ de 2003.

Assinatura do pai/mãe ou responsável

Anexo B - Entrevista estruturada para professores ouvintes, de escola especial para surdos ou de escola regular com aluno surdo incluído

Dados de identificação pessoal

Nome:

Formação:

Tempo de atuação na escola:

a) Questões sobre a surdez

1) A perda auditiva do aluno influencia no seu aproveitamento pedagógico?

Sim () Não ()

2) A perda auditiva do aluno influencia em sua interação com os demais alunos (ouvintes e/ou surdos)?

Sim () Não ()

3) A perda auditiva do aluno influencia em sua comunicação?

Sim () Não ()

4) Como você vê seu aluno?

Surdo () Ouvinte () Surdo/Ouvinte () Normal () Diferente

() Deficiente () Outro ()

b) Questões sobre a comunicação do surdo

1) Em sala de aula, que tipo você utiliza como forma de comunicação?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros ()

- 2) Que tipo de comunicação seu aluno utiliza em sala de aula?
Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros
- 3) Que tipo de comunicação você considera a melhor para o seu aluno?
Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros
- 4) Você sente necessidade de utilizar outro tipo de comunicação com seu aluno?
Sim () Não ()
- 5) Você considera importante para a comunicação de seu aluno o contato com os demais sujeitos:
de uma comunidade surda () de uma comunidade ouvinte ()
de uma comunidade surda e ouvinte ()
- 6) Você acredita que a comunicação em Libras favorece a inserção de seu aluno na sociedade?
Sim () Não ()
- 7) Você considera importante a escola especial no desenvolvimento comunicativo de seu aluno?
Sim () Não ()
- 8) Você considera a Libras o meio adequado à comunicação de seu aluno?
Sim () Não ()
- 9) Considerando que seu aluno faz uso da Libras, você considera desnecessário o aprendizado da Língua Portuguesa?
Sim () Não ()

c) Questões sobre a interação do surdo

- 1) Você considera a escola importante na interação sócio-cultural de seu aluno?
Sim () Não ()

- 2) A capacidade de interação sócio-cultural de seu aluno está relacionada à escola:
Regular () Especial () Indiferente ()

- 3) Você considera importante para a interação sócio-cultural de seu aluno o contato com os demais sujeitos surdos?
Sim () Não ()

- 4) O aprendizado da Libras favorece a interação sócio-cultural de seu aluno?
Sim () Não ()

- 5) O uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras é um fator favorável à interação sócio-cultural do surdo?
Sim () Não ()

- 6) Seu aluno apresenta melhor interação sócio-cultural quando em contato com:
Surdos () Ouvintes () Indiferente ()

- 7) Você acredita na inserção do surdo na sociedade?
Sim () Não ()

Anexo C - Instrumento de entrevista estruturada para familiares de surdo

Dados de identificação

Nome do familiar:

Quais são os membros da família que moram em sua residência?

a) Questões sobre a surdez

Como foi descoberta a surdez de seu filho?

Em que idade ela foi descoberta?

Como a família enfrentou essa situação?

1) A perda auditiva tem sido um fator de influência no aproveitamento pedagógico de seu filho?

Sim () Não ()

2) A perda auditiva influencia na interação sócio-cultural de seu filho?

Sim () Não ()

3) A perda auditiva influencia na comunicação de seu filho?

Sim () Não ()

4) Como você vê seu filho?

Surdo () Ouvinte () Surdo/Ouvinte () Normal () Diferente ()

Deficiente () Outro ()

b) Questões sobre a comunicação do surdo

1) Que tipo de comunicação você utiliza com seu filho?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros ()

2) Que tipo de comunicação seu filho utiliza com você?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros ()

3) Que tipo de comunicação você considera a melhor para seu filho?

Libras () Fala () Gestos () Libras + fala () Outros ()

4) Você sente necessidade de utilizar outro tipo de comunicação com seu filho?

Sim () Não ()

5) Você considera importante para a comunicação de seu filho o contato com os demais sujeitos de uma:

comunidade surda () comunidade ouvinte ()

comunidade surda e ouvinte ()

6) Você acredita que a comunicação em Libras favorece a inserção de seu filho na sociedade?

Sim () Não ()

7) Você considera importante a escola especial no desenvolvimento comunicativo de seu filho?

Sim () Não ()

8) Você considera a Libras o meio adequado à comunicação de seu filho?

Sim () Não ()

9) Considerando que seu filho faz uso da Libras, você considera desnecessário o aprendizado da Língua Portuguesa?

Sim () Não ()

c) Questões sobre a interação do surdo

1) Você considera a escola importante na interação sócio-cultural de seu filho?

Sim () Não ()

2) A capacidade de interação sócio-cultural de seu filho está relacionada à escola:

Regular () Especial () Indiferente ()

3) Você considera importante para a interação sócio-cultural de seu filho o contato com os demais sujeitos surdos?

Sim () Não ()

4) O aprendizado da Libras favorece a interação sócio-cultural de seu filho?

Sim () Não ()

5) O uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras é um fator favorável à interação sócio-cultural do surdo?

Sim () Não ()

6) Seu filho apresenta melhor interação sócio-cultural quando em contato com:

Surdos () Ouvintes () Indiferente ()

7) Você acredita na inserção do surdo na sociedade? Sim () Não ()

Anexo D - Instrumento de entrevista estruturada aplicada com estagiárias do curso de Fonoaudiologia

Dados de identificação pessoal

Nome:

Semestre letivo:

a) Questões sobre a surdez

1) A perda auditiva de seu paciente influencia em seu aproveitamento pedagógico?

Sim () Não ()

2) A perda auditiva do paciente influencia em sua interação sócio-cultural?

Sim () Não ()

3) A perda auditiva do paciente influencia em sua comunicação?

Sim () Não ()

4) Como terapeuta, você vê o paciente como:

Surdo () Ouvinte () Surdo/Ouvinte () Normal () Diferente ()

Deficiente () Outro ()

b) Questões sobre a comunicação do surdo

1) Em terapia fonoaudiológica, que tipo de comunicação você utiliza com seu paciente?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros ()

2) Em terapia fonoaudiológica, que tipo de comunicação seu paciente utiliza com você?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros ()

3) Que tipo de comunicação você considera a melhor para seu paciente?

Libras () Fala () Gestos () Libras + Fala () Outros

4) Em terapia fonoaudiológica, você sente necessidade de utilizar outro tipo de comunicação com seu paciente?

Sim () Não ()

5) Você considera importante para a comunicação de seu paciente o contato com os demais sujeitos de uma:

comunidade surda () comunidade ouvinte ()

comunidade surda e ouvinte ()

6) Você acredita que a comunicação em Libras favorece a inserção de seu paciente na sociedade?

Sim () Não ()

7) Você considera importante para a comunicação do seu paciente frequentar escola especial de forma concomitante à terapia fonoaudiológica?

Sim () Não ()

8) Você considera a Libras o meio adequado à comunicação de seu paciente?

Sim () Não ()

9) Considerando que seu paciente faz uso da Libras, você considera desnecessário o aprendizado da Língua Portuguesa?

Sim () Não ()

c) Questões sobre a interação do surdo

1) Você considera importante o seu paciente receber atendimento fonoaudiológico para sua interação sócio-cultural?

Sim () Não ()

2) A capacidade de interação sócio-cultural de seu paciente está relacionada à escola:

Regular () Especial () Indiferente ()

3) Você considera importante para a interação sócio-cultural de seu paciente o contato com os demais sujeitos surdos?

Sim () Não ()

4) O aprendizado da Libras favorece a interação sócio-cultural de seu paciente?

Sim () Não ()

5) O uso de outro tipo de comunicação simultânea à Libras é um fator favorável à interação sócio-cultural do surdo?

Sim () Não ()

6) Seu paciente apresenta melhor interação sócio-cultural quando em contato com:

Surdos () Ouvintes () Indiferente ()

7) Você acredita na inserção do surdo na sociedade? Sim () Não ()